



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Yana de Mello Gonzaga

“Corra, que a polícia vem aí!”

A (des)construção da imagem da Polícia Militar em notícia jornalística

Rio de Janeiro

2015

Yana de Mello Gonzaga

“Corra, que a polícia vem aí!”

A (des)construção da imagem da Polícia Militar em notícia jornalística



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Valente

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

G642 Gonzaga Yana de Mello.
“Corra que a polícia vem aí!”: a (des)construção da imagem da Polícia Militar em notícia jornalística / Yana de Mello Gonzaga. – 2015.
104 f. : il.

Orientador: André Crim Valente.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Redação de textos jornalísticos – Teses. 3. Imparcialidade - Teses. 4. Polícia militar – Teses. I. Valente, André Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.081:[070:351.74]

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Yana de Mello Gonzaga

“Corra, que a polícia vem aí!”

A (des)construção da imagem da Polícia Militar em notícia jornalística

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 27 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Valente (Orientador)

Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa

Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Patrícia Ribeiro Corado

Instituto Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo presente da vida e por me fazer merecedora de concluir o curso de mestrado em um país de maioria analfabeta.

Agradeço ao meu querido orientador e amigo, professor André Valente, profissional e pessoa que tanto admiro, pela disponibilidade em sempre me ajudar e pela forma cordial, carinhosa e humana com que lida com todos os seus alunos.

Agradeço à querida professora Magda Bahia pelo carinho e atenção com que me recebeu.

Agradeço aos professores da banca por disporem de seu tempo em prol do enriquecimento científico de meu trabalho.

Agradeço a meus pais por terem-me proporcionado, ao longo da vida, uma formação acadêmica de qualidade. Em especial, agradeço a minha mãe pelo amor incondicional, pela preocupação constante com a minha formação humana e profissional, pelo apoio em todas as decisões, pela torcida nas minhas conquistas e pelo apoio nas frustrações. Você é um exemplo de mãe no qual me inspirarei para guiar meu filho que está a caminho.

Agradeço ao Nelson, meu grande amor, marido, amigo e companheiro pelo incentivo para a realização do curso de mestrado, pela compreensão e paciência nos momentos de cansaço e desânimo e, principalmente, pelo amor que preenche meu coração.

RESUMO

GONZAGA, Yana de Mello. “*Corra, que a polícia vem aí!*”: a (des)construção da imagem da Polícia Militar em notícia jornalística. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho se propõe a analisar, qualitativamente, as escolhas léxico-gramaticais, em uma perspectiva semântico-discursiva, utilizadas pela imprensa escrita, a fim de identificar como o sujeito social “Polícia Militar” é apresentado à sociedade. Objetiva-se mostrar que, mesmo em um discurso jornalístico de cunho informativo, algumas marcas (extra)linguísticas determinam uma orientação argumentativa adotada (in)conscientemente pelo seu produtor. Para esse estudo, a linha teórica predominantemente adotada foi a Análise Semiociológica do Discurso, a qual tem como referência as teorias propostas, sobretudo, por Patrick Charaudeau. Foram selecionadas 15 (quinze) matérias¹ de cunho informativo veiculadas nos jornais Folha de São Paulo e O Globo, nos dias 14 e 20 de junho de 2013, referentes às principais manifestações populares ocorridas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As conclusões apontam para o papel da imprensa na desconstrução da imagem da polícia, procurando construir, na sociedade civil, um senso comum desfavorável à ação desses militares.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Imparcialidade. Orientação argumentativa.

¹ Matéria: Termo genérico usado para qualquer texto que se produz para jornal. (FOLHA, 2010, p. 82)

ABSTRACT

GONZAGA, Yana de Mello. *“The naked gun: from the files of police squad!”: a (de)construction of the image of the Military Police in journalistic new*. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This study intends to analyze, qualitatively, the lexical-grammatical choices, in a semantic-discursive perspective, used by the written press, in order to identify how the social subject "Military Police" is introduced to society. It aims to show that even in a journalistic discourse of informative nature, some (extra)linguistic markers determine an argumentative orientation adopted (un)consciously by its producer. For this study, the theoretical line predominantly adopted was the Semiolinguistics of Discourse, which has as reference the theories proposed especially by Patrick Charaudeau's. 15 (fifteen) articles of informative nature were issued in Folha de Sao Paulo and O Globo newspapers, on the 14th and 20th of June, 2013, referring to the major popular demonstrations occurring in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. The conclusions point to the role of the press in the deconstruction of the image of the police, seeking to build, in civil society, a common sense unfavorable to the action of the military forces.

Keywords: Journalistic discourse. Impartiality. Argumentative orientation

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	07
1	COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM JORNALÍSTICA	10
1.1	Notícia como gênero textual	12
1.2	Mito da imparcialidade	18
2	DISCURSO E COMUNICAÇÃO	22
2.1	Níveis da análise do discurso segundo a Semiologia	25
2.2	Informação como discurso	27
2.2.1	<u>Mecanismo de construção do sentido: o processo de semiotização do mundo</u>	28
2.2.2	<u>A natureza do saber</u>	31
2.2.3	<u>Efeitos de verdade</u>	31
2.3	Contrato de comunicação	32
2.4	O poder da mídia	36
2.4.1	<u>Sistema de crenças: a relação jornal – leitor</u>	38
3	REPRESENTAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR COMO SEGURANÇA PÚBLICA	41
3.1	A contextualização da segurança pública ao longo da história brasileira	41
3.1.1	<u>Da Colônia à República</u>	41
3.1.2	<u>A República</u>	42
3.1.3	<u>O regime militar</u>	43
3.1.4	<u>O Estado Democrático de Direito e a Constituição de 1988</u>	44
3.2	Manifestações: a manipulação da mídia	45
4	ANÁLISE DO CORPUS	55
4.1	A polifonia e os verbos <i>dicendi</i>	68
4.2	Verbos, advérbios e adjetivos na orientação do discurso	76
	CONCLUSÃO	81
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXO	86

INTRODUÇÃO

Tenho a convicção de que a minha carreira profissional e vida acadêmica foram influenciadas por professores especiais que, generosamente, acreditando nas minhas pretensões, conduziram-me por caminhos fascinantes nos estudos da linguagem.

Em 2013, minha amiga e professora Patrícia Corado, convidou-me para ajudá-la em um trabalho na área da Análise do Discurso. Eu não tinha muito conhecimento sobre o assunto, fiquei insegura, mas decidi arriscar. Fui apresentada à *Análise Semiolinguística do Discurso* ao ler os impecáveis relatórios feitos pela Patrícia, fontes de inspiração para os meus estudos posteriores, e acabei me identificando muito com a teoria, o que suscitou em mim a vontade de aprender cada vez mais sobre ela. Comprei livros e mais livros, comecei a estudar e decidi que a Semiolinguística seria a minha base teórica. Mas... e o *corpus*, qual seria?

O ano de 2013, no Brasil, foi marcado pelas manifestações populares que mobilizaram milhares de pessoas, deixando seu capítulo na história do país. Ao ler as reportagens, comecei a perceber o quão tendenciosas elas se mostravam e, por vezes, fiquei incomodada com a postura manipuladora assumida pelo jornal. Aproveitei, então, o acontecimento e o meu desconforto e comecei a reunir as matérias de jornais, acreditando que seria interessante e satisfatório escrever uma dissertação tendo como *corpus* um fato atemporal e historicamente marcante para o Brasil.

Esta dissertação tem, por objetivo principal, não só evidenciar uma “falsa imparcialidade” do discurso jornalístico nas matérias, mas, sobretudo, fazer perceber, por meio das artimanhas linguístico-discursivas das quais os jornalistas lançam mão, como o sujeito social *Polícia Militar* é apresentado ao público pelos veículos de comunicação. Faz-se notório que os textos midiáticos e, principalmente para o trabalho em questão, os textos de jornal, elaboram versões da realidade não isentas de valores e interesses. O discurso, materializado no texto jornalístico, é material político, ideológico e de poder, e a apresentação que faz dos fatos da realidade é apenas uma das diversas facetas do real, internalizadas pelo auditório como verdade e conduzidas ao senso comum. Como qualquer instância discursiva, o jornalismo está atrelado às posições sociais e aos objetivos, não só de seu produtor imediato, mas, sobretudo, de toda a estrutura institucional, política e econômica da própria máquina midiática.

Em outras palavras, mesmo com o propósito de informar o leitor sobre fatos, os discursos do jornal são perpassados por vieses argumentativos e manifestações de

subjetividade do produtor, identificados na materialidade textual por marcas que extrapolam o linguístico e alcançam dimensões discursivas e sociais.

Para esta dissertação, o material que compõe o *corpus* é formado por 15 notícias de dois renomados jornais brasileiros – *Folha de São Paulo* e *O Globo* – por serem veículos de reconhecido prestígio nacional. O material investigado refere-se às manifestações populares mais representativas de 2013 – não só em termos numéricos, mas, especialmente, pelo destaque midiático – nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ocorridas nos dias 13 e 20 de junho respectivamente. Foram várias as reivindicações do povo contra o governo, dando a essas manifestações um caráter pulverizado.

Apesar de os jornais, em seus manuais de redação, apresentarem diferentes definições para notícia, matéria e reportagem, neste trabalho essas nomenclaturas serão utilizadas sem preocupação com tais definições, a fim de tornar o texto mais dinâmico.

No primeiro capítulo desta dissertação, intitulado *Comunicação e linguagem jornalística*, apresento a relação existente entre a comunicação humana e a informação trazida pelo jornal, visto que a mídia se apresenta como uma instituição social que se apropria da informação e da comunicação para integrá-las aos seus objetivos, em consonância com aquilo que seu público espera. Optei por dividir o capítulo em duas partes, denominadas *Notícia como gênero textual* e *Mito da imparcialidade*. Na primeira, os estudos de Mikhail Bakhtin e do francês Patrick Charaudeau são a base científica que utilizo para enquadrar as matérias em um gênero textual dotado de particularidades e, na segunda, trato de uma falsa percepção de imparcialidade nas notícias veiculadas pelos jornais em estudo e, para isso, recorro a Charaudeau, Hernandez, Lustosa, Koch e aos próprios veículos de comunicação.

Um estudo acerca do discurso, com base nas contribuições teóricas novamente do autor francês, em primeira instância, e com o apoio de Fairclough, Maingueneau e outros autores, constitui o segundo capítulo, no qual são impostas reflexões sobre a relação entre o discurso e a comunicação, partindo-se da concepção do jornal como máquina midiática e instituição dotada de ideologia e poder.

O capítulo seguinte tem como objetivo apresentar um breve histórico das manifestações de 2013 e um panorama social da reputação historicamente construída da Polícia por meio das representações midiáticas e dos sistemas de crenças da sociedade. Sites foram visitados e livros foram consultados a respeito dos movimentos reivindicatórios e da história da Polícia Militar ao longo dos tempos, e algumas concepções de Charaudeau servem como respaldo teórico para se entender a imagem que se faz dessa instituição.

Por fim, o último capítulo destina-se à análise do *corpus* com vistas à comprovação do conteúdo apresentado nos capítulos precedentes. Os aspectos linguístico-gramaticais como marcas textuais representativas de uma orientação discursiva são abordados neste capítulo, a fim de se evidenciar a importância das escolhas lexicais e gramaticais feitas (in)conscientemente pelo jornalista. Verbos, advérbios, adjetivos e o recurso da polifonia são os principais aspectos analisados neste capítulo.

1 COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM JORNALÍSTICA

O homem, como um ser social, incapaz de viver isolado, possui, como uma de suas necessidades básicas, a de se comunicar, tanto que, em épocas bem remotas, buscava informar algo e expressar suas ideias e sentimentos por meio de gestos, sons ou desenhos. A comunicação tornou-se, portanto, indispensável à sobrevivência do homem em sociedade pela sua necessidade de interagir com o outro.

Se estamos nos referindo à comunicação, obrigatoriamente, remetemo-nos a um conceito simples de linguagem como um instrumento de comunicação ou, em outras palavras, a comunicação se faz por meio da linguagem, seja ela verbal ou não verbal. Nas palavras de Valente (2011, p. 51), “a linguagem tem na língua a principal manifestação que possibilita o convívio humano. (...) língua e linguagem têm sido estudadas (...) como o melhor caminho para a interação dos homens.”

Estendendo-se as noções de comunicação e linguagem, sabe-se que comunicar não é somente expor informações, fatos, opiniões ou sentimentos, mas é, sobretudo, agir sobre o mundo, agir sobre o outro, fazer com que as relações sociais se estabeleçam. Como já afirmava Charaudeau (2012a, p. 15) “‘informação’ e ‘comunicação’ são noções que remetem a fenômenos sociais”. E mais:

A comunicação é o fenômeno social através do qual os indivíduos, vivendo em coletividade, buscam relacionar-se uns com os outros, estabelecer regras e normas de vida em sociedade e criar uma forma de pensar que lhes permita reconhecer-se como participantes de uma identidade cultural comum. Tudo isso se faz graças à linguagem, através da própria linguagem, sem a qual não haveria sociedade humana. Ao colocar os indivíduos em relação uns com os outros, a linguagem cria o sentido e esse cria o lugar social. (CHARAUDEAU, 2003, p. 7)

Quando o homem entra em contato com a sociedade, cria vínculos sociais e psicológicos que, sem a linguagem, não seriam possíveis. Segundo obra do mesmo autor (2012b, p. 7) “é ela [a linguagem] que permite ao homem pensar e agir, pois não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem.”

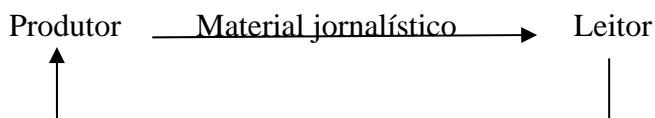
Além dessa *função social* da linguagem, há outra, responsável pelo processo de semiotização do mundo. É a *função simbólica*, da qual depende a função social. Para interagir socialmente e estabelecer a comunicação, o homem precisa representar, significar, simbolizar o mundo a sua volta. É necessário nomear e caracterizar os seres e descrever as ações. E é por meio da função simbólica que o homem consegue transformar um mundo a significar em um

mundo significado, que fará sentido para todos os participantes do ato comunicativo. Ele não significa o mundo para si, e sim para a interação com o outro, e isso só se faz possível pela linguagem.

E a linguagem jornalística? Como se insere nesses conceitos?

O jornalismo é uma vertente do mundo da comunicação e se submete a determinadas regras e técnicas. É um processo de transmissão de informações e de construção da realidade apoiado na linguagem, no jogo com as palavras, as quais não existem fora da produção linguística; seus sentidos são representados nos contextos de uso.

A linguagem jornalística, como função social, participa de um processo de socialização. A forma e o conteúdo do material jornalístico são determinados, em parte, pelas relações de identificação, reconhecimento, aceitação, fidelização e dominação entre o veículo de comunicação e seu público-alvo. Em outras palavras, há um processo de retroalimentação envolvendo produtor e público, em que o primeiro é influenciado pelo universo de recepção e pelo contexto social onde ambos se inserem, mas também exerce influência sobre esse universo.



Um jornal expressa, em seu material, uma determinada linha editorial, mas exprime, também, as expectativas, as convicções e os anseios de seu público-leitor, cujo comportamento influencia o conteúdo linguístico-discursivo do jornal. Este veículo, por sua vez, reconhece, aceita e usa essa influência a favor de seus objetivos sociais e econômicos. Então,

na comunicação, os participantes se constroem e constroem, juntos, o objeto jornal. O público é, portanto, coautor. Um autor leva em consideração as expectativas e as prováveis reações de quem vai receber o texto para construir um discurso com a eficiência desejada. Nesse sentido, o “receptor” também participa da comunicação. (HERNANDES, 2012, p. 18)

Na qualidade de função simbólica, o jornal precisa transmitir os fatos, ou seja, é necessário se apoderar de um “mundo a significar” e transformá-lo em “mundo significado”, por meio de um processo chamado *transformação*, no qual o ato de informar descreve, caracteriza os fatos (identifica-os e qualifica-os), reporta o acontecido e explica (fornece causas desses fatos), ou seja atribui sentido e relevância a algo.

1.1 Notícia como gênero textual

Ao se trabalhar com a questão dos gêneros, depara-se com uma grande diversidade de pontos de vista, nomenclaturas, definições, uma vez que alguns autores falam em “gêneros do discurso”, outros em “gêneros textuais”, “tipos de texto”, “sequências textuais”, “tipos de discurso”. Para confirmar a complexidade desse tipo de estudo, recorro a Charaudeau; Maingueneau (2012, p.250) que explicam alguns desses posicionamentos após afirmarem que

Em semiótica, análise do discurso e análise textual, encontra-se de novo essa noção [a dos gêneros] aplicada igualmente aos textos não literários. Mas aqui coexistem, realmente opostas, diferentes definições que testemunham cada posicionamento teórico ao qual elas se filiam. Ainda que seja difícil classificar esses diferentes posicionamentos, distinguir-se-ão vários pontos de vista.

Não cabe, neste trabalho, definir terminologias nem tampouco aprofundar os estudos de diferentes autores acerca do tema, mas verificar como a notícia, de acordo com a concepção de dois estudiosos em especial – Mikhail Bakhtin e Patrick Charaudeau –, pode constituir um gênero textual. Utilizarei, portanto, ora a nomenclatura gênero textual, ora gênero discursivo, por entender que o discurso se materializa no texto, sendo essa relação, pois, indissociável. Maingueneau (2005, p. 59) nos diz que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um *gênero de discurso*”. Apesar de o discurso jornalístico ser composto por diferentes gêneros (editorial, cartas de leitores, matérias jornalísticas etc), o foco deste trabalho é o gênero notícia.

Ninguém fala ou escreve a não ser por meio de textos, conceito aqui entendido como a materialidade de um ato de comunicação, numa determinada situação, a fim de atender a um projeto de fala de um determinado locutor, o qual possui finalidades específicas ao comunicar diferentes informações. Essas características permitem que os textos sejam classificados em gêneros. Uma petição não possui a mesma estrutura formal nem os mesmos fins sociocomunicativos de um anúncio publicitário, por exemplo. São, pois, gêneros textuais distintos.

Na concepção de Bakhtin, reproduzida por Fiorin (2008, p. 61), “Os gêneros são, pois, tipos de enunciados **relativamente** estáveis, caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo. Falamos sempre por meio de gêneros no interior de uma dada esfera de atividade” (grifo meu).

Ele afirma que os três elementos – conteúdo temático, construção composicional e estilo – unem-se no todo do enunciado, e as marcas que os determinam estão atreladas às esferas de atividade cujos integrantes utilizam a linguagem como forma de interação social. Isso significa que os gêneros são formados nas e pelas práticas sociais.

Interessante se faz pôr em destaque o advérbio *relativamente* para marcar a ideia de que os enunciados representativos de um determinado gênero podem sofrer alterações, reflexo da mudança da sociedade ao longo do tempo e da história. É por isso que Marcuschi (2005, p. 19) defende os “gêneros textuais como práticas sócio-históricas”, uma vez que os discursos produzidos pelos sujeitos inseridos social e historicamente em um tempo e em um lugar são determinantes para a análise de uma sociedade. Se esta se modifica ao longo de sua história, o mesmo se faz com o discurso (e vice-versa).

Retomando a ideia dos três elementos constitutivos do todo do enunciado, entende-se por *conteúdo temático* o domínio do sentido, e não necessariamente o assunto específico. No caso das notícias de jornal de modo geral, e não apenas do *corpus* selecionado para este trabalho, verifica-se que aquelas pertencentes à seção de economia, por exemplo, apresentarão o conteúdo temático voltado a este setor, porém, cada notícia tratará de um assunto específico dentro do mesmo conteúdo temático.

O elemento *construção composicional* trata da organização e da estrutura textuais, e está relacionado aos tipos textuais narrativo, descritivo, argumentativo etc. É importante ressaltar a flexibilização deste elemento na definição do gênero, visto que um mesmo gênero pode se constituir de tipos textuais distintos e, conseqüentemente, sua estrutura tipológica pode variar. O que ocorre geralmente é a predominância de um determinado tipo textual. No caso das notícias, prevalece a narração, no entanto, podem aparecer trechos descritivos e até mesmo argumentativos.

Na perspectiva do *estilo*, inserem-se as seleções de meios linguísticos para atender aos propósitos discursivos específicos de cada gênero. Esse elemento é determinante da orientação argumentativa pretendida pelo enunciador no seu ato de comunicação, mesmo que de forma pouco consciente. Tomando como base as notícias dos jornais escolhidos para esta dissertação, espera-se que o texto seja escrito em estilo formal, respeitando-se as regras gramaticais e corroborando a tipografia narrativa predominante.

Há, também, na redação jornalística, uma estratégia denominada *estratégia de organização da pirâmide invertida*, que consiste em uma hierarquia decrescente de informação e que a Folha (2010, p. 94) define como “técnica de redação jornalística pela qual

as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final.”

Esse método pode ser enquadrado tomando como base as dimensões defendidas por Bakhtin, tanto como elemento estrutural quanto de estilo, ou ainda, uma conjugação de ambos.

A ideia defendida por Charaudeau acerca dos gêneros de discurso é a de que eles são “gêneros situacionais”, uma vez que dependem das condições sociais de produção, circulação e interpretação. Não se eliminam, obviamente, aspectos textuais e/ou linguísticos, pois o discurso precisa da materialidade textual para se manifestar, porém, qualquer instância discursiva está atrelada às posições sociais e aos objetivos, não só de seu produtor imediato, mas, sobretudo, de toda a estrutura e o contexto que o cercam.

E a notícia de jornal? Como podemos entendê-la como um gênero textual de acordo com este autor?

Se a matéria prima do jornalismo é a informação e a “informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2012a, p.34), entende-se o jornalismo como um discurso e, por conseguinte, a notícia como um gênero discursivo. Ainda afirma o mesmo autor que “o acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. (...) É daí que nasce o que se convencionou chamar de ‘a notícia’” (CHARAUDEAU, 2012a, p.131)

Este teórico propõe explicar o gênero de informação midiática *notícia* como o “conjunto de informações que se relaciona a um *mesmo espaço temático*, tendo um *caráter de novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser *diversamente tratado*.” (CHARAUDEAU, 2012a, p.132). Esses itens serão abordados adiante.

Bakhtin, por sua vez, não individualiza o estudo para as mídias, por considerar a existência de uma variedade ilimitada de gêneros, uma vez que as atividades humanas são intermináveis e, para cada esfera de ação, existem diversos gêneros. O que importa, na sua visão, então, é a vinculação de um gênero a uma esfera de atividade. Sendo assim, ele nos ensina que (2000, p. 279)

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

É necessário entender as dimensões propostas por Charaudeau para a caracterização da notícia como um gênero discursivo, para, então, podermos aplicá-las ao *corpus*.

**Mesmo espaço temático*: as informações retratam um fato que acontece em um determinado domínio do espaço público, ou seja, referem-se a lugares, fatos, pessoas que aparecem num determinado setor da vida social.

**Caráter de novidade*: um novo acontecimento é trazido ou a um já previamente exposto é acrescido um elemento.

**Proveniente de determinada fonte*: o acontecimento é transformado em informação por uma determinada instância enunciativa.

**Diversamente tratado*: é a forma discursiva pela qual a notícia é tratada (descreve o que passou, reporta reações, analisa fatos).

Uma vez defendido o posicionamento de que a notícia é um gênero discursivo, parte-se para a forma de como a matéria linguística é organizada, a fim de identificar a(s) finalidade(s) comunicativa(s) desse gênero. Para isso, recorro a uma sucinta abordagem dos *modos de organização do discurso*, proposta por Charaudeau, os quais são procedimentos de organização discursiva de um texto. São eles os modos *narrativo*, *descritivo*, *argumentativo* e *enunciativo*.

O primeiro é aquele destinado a contar, relatar um acontecimento, com uma certa intenção, a um destinatário e de uma certa maneira. Possui como componentes os actantes, os processos e as sequências.

O modo *descritivo* atribui características a um objeto ou ser. É estático, pois não necessita do tempo e nem da sucessão dos acontecimentos.

Possuindo como característica principal se dirigir à “parte pensante” do interlocutor, aquela que lhe permite raciocinar, refletir e compreender, encontra-se o modo *argumentativo*. Pretende-se, assim, que o destinatário compartilhe do mesmo discurso.

Por fim, o modo *enunciativo* é aquele cujo foco está voltado para os seres de fala e para a maneira pela qual esses sujeitos falantes agem no ato de comunicação.

Algumas definições de notícia descritas a seguir provam que não há como defini-la em um ou outro modo de organização, mesmo porque, como já visto anteriormente, um discurso pode apresentar predominância de determinada organização textual a qual se apoia em outras secundárias, porém imprescindíveis para provocar os efeitos esperados pelo discurso.

“Notícia é a técnica de **relatar** um fato” (LUSTOSA, 1996, p.17, grifo meu).

Notícia, acima de tudo, é informação e informação é tudo aquilo que desejamos saber para ter condições de fazer uma avaliação mais objetiva da realidade. A notícia, entretanto, é um **relato**, uma maneira particular de **descrição de um fato ou realidade**. O **texto informativo** traduz uma **realidade fragmentada**. Oferece, portanto, a **informação parcial**, tanto no sentido de **transcrever parte** do fenômeno social, como ainda por impor uma **visão pessoal** do narrador ou redator da notícia,

dentro das óbvias restrições e imposições do veículo (LUSTOSA, 1996, p. 31, grifo meu).

Os itens e segmentos lexicais foram destacados para provocar uma reflexão a respeito do que é a notícia em termos de finalidade e o que ela faz, e, assim, tentarmos inseri-la em um modo de organização do discurso. Ela se propõe a somente contar o fato, apoiado em descrições, a fim de tornar o acontecimento mais concreto no imaginário social? Ou ainda se vale de inserções, mesmo que veladas, de subjetividades, num texto que, teoricamente, seria apenas informativo? As tentativas de respostas a esses questionamentos serão discutidas na seção *Mito da imparcialidade*, presente nesta dissertação.

A fim de aplicar os conceitos teóricos, apresento a seguir uma notícia² do *corpus* publicada no jornal *Folha de São Paulo*, no dia 14 de junho de 2013.

Bombas e balas de borracha deixam centro em pânico

Motoristas abandonaram carros nas ruas, e até prédio da PUC foi alvo de gás; manifestantes estimavam cem feridos

PM diz que só atua após agressões e crimes; protesto voltou a ter vandalismo, como pichação e depredação

Com balas de borracha e bombas de efeito moral, policiais militares agiram com violência para reprimir a quarta manifestação contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo em uma semana.

A PM promoveu um cerco ao centro e à avenida Paulista, agravando os confrontos e deixando em pânico pedestres e motoristas, que, no meio da confusão, chegaram a abandonar carros na rua.

À noite, havia 192 detidos. A polícia não informou sobre feridos. O Movimento Passe Livre, que organiza os protestos, afirma que cem manifestantes se machucaram. Eles programam novo ato na segunda, às 17h, em frente à estação Faria Lima do Metrô.

O protesto também voltou a ter cenas de vandalismo e depredação, embora com menos intensidade que nos anteriores. Uma agência bancária e um hotel tiveram vidros quebrados. Ônibus foram apedrejados e, assim como muros, pichados. Lixeiras foram incendiadas e utilizadas como barreira contra a PM.

² Esta é a notícia 2 do Anexo.

A manifestação saiu por volta das 18h30 do Theatro Municipal, no centro, em direção à praça Roosevelt, onde terminaria, após acordo entre manifestantes e polícia. Havia 5.000 pessoas, diz a PM. O grupo fala em 20 mil.

O ato era pacífico até chegar à esquina das ruas da Consolação e Maria Antônia.

O confronto começou quando um grupo tentou furar o bloqueio policial para seguir em direção à Paulista.

Policiais da Tropa de Choque passaram a dar tiros de borracha para todos os lados e a lançar bombas. Manifestantes revidaram com pedras.

Bombas de gás chegaram a ser lançadas até dentro de um prédio da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica).

*Um aluno relatou à **Folha** que professores se trancaram em salas para se protegerem.*

“Parecia que estávamos na ditadura militar”, disse a arquiteta Isabelly Frederico, 36, que assistiu ao início da confusão de cima de um prédio.

Centenas de jovens, muitos chorando, correram para se refugiar nos fundos de um posto de gasolina – também alvo de bombas da PM.

A ação da polícia, seguida de confrontos, se repetiu em ruas como Augusta, Angélica, Frei Caneca e Bela Cintra.

Houve detenção de manifestantes que carregavam vinagre – para amenizar efeitos do gás – ou máscaras.

No final da noite, os manifestantes chegaram à Paulista, bloqueada pela PM e novamente palco de confronto.

Ao menos 55 pessoas foram atendidas em um posto de emergência montado no espaço independente Matilha Cultural, disse Pedro Campana, 26, médico responsável.

*A **Folha** presenciou um PM agredindo, com chutes, um manifestante imobilizado, no chão, em frente à prefeitura.*

Nina Capello, do Passe Livre, diz que “houve abuso” da polícia. O tenente-coronel Marcelo Pignatari, comandante da PM na Paulista, disse “achar impossível que a PM tenha agido sem ter sido agredida ou presenciado crimes”.

Observando-se o texto, pode-se afirmar que se trata do gênero *discursivo notícia*. Essa constatação será comprovada de acordo com os pressupostos teóricos que sustentam esta seção do trabalho.

A notícia em tela possui como *conteúdo temático* as manifestações ocorridas em nível nacional em meados do ano de 2013 e, mais especificamente, as repercussões negativas da

ação dos policiais. As informações, enquanto pertencentes a esse conteúdo, relacionam-se a um mesmo *espaço temático*, ou seja, o acontecimento é um fato concernente a um domínio do espaço público, uma vez que se relaciona a setores da vida social, envolvendo população e força policial em situação de conflito.

O *caráter de novidade*, ao apontar fatos que não haviam ocorrido em protestos anteriores, como a tão violenta reação da PM, também contribui para a caracterização do gênero segundo Charaudeau.

O acontecimento é transformado em notícia por um jornalista que representa o jornal *Folha de São Paulo*. O texto é, pois, proveniente de uma determinada *fonte*.

Por fim, as informações são tratadas de *forma discursiva*, visto que relatam os fatos, descrevem as ações dos policiais e dos manifestantes e ainda traz a voz de pessoas envolvidas voluntária ou involuntariamente nas manifestações, analisando os acontecimentos e reforçando as intenções do jornalista. Ainda nesta dimensão, misturam-se, na *construção composicional*, os *modos de organização do discurso* narrativo, descritivo e, ainda que velado, o argumentativo. Coloca-se em prática, também, a técnica da pirâmide invertida e, reforçando essa estrutura formal, faz-se predominante a linguagem formal em um *estilo* informativo de texto, que, no entanto, apresenta tendenciosas escolhas linguístico-discursivas feitas pelo produtor do texto.

1.2 Mito da imparcialidade

O subcapítulo anterior encerrou-se considerando a existência de subjetividades nos textos **informativos** de jornais (a palavra destacada acentua o perfil de texto que interessa a este trabalho), e Lustosa (1996, p. 21) já nos afirma que “apesar do propósito e do compromisso de alguns jornalistas, a imparcialidade e a impessoalidade jamais ocorreram efetivamente no jornalismo.”

Recuperando a definição do mesmo autor de que “notícia é a técnica de relatar um fato” (1996, p. 17), deve-se refletir sobre a concepção que se faz da palavra *fato*, inserida nesse contexto jornalístico.

Fato e verdade podem parecer sinônimos, dependendo do ponto de vista pelo qual são analisados, porém, ele pode se afastar dela na medida em que o jornalista constrói outros prismas sobre o real, verdadeiros ou não. O próprio veículo assume que “nenhum dado é

necessariamente verdadeiro apenas porque um dia saiu em letra de forma (...)” (O Globo, 1992, p. 10).

O conceito de verdade é altamente subjetivo, e os recortes discursivos podem levar o leitor a ter diferentes olhares sobre o que seria um mesmo fato. Não cabe ao analista do discurso definir se o relato feito por determinado jornal é verdadeiro ou não. Deve-se estudar e entender os recursos que fazem com que o público-leitor entenda os fatos como verdadeiros e assumam o relatado como realidade.

Um analista deve se interessar por desvendar como cada jornal constrói um efeito de que diz a verdade, de que mostra a realidade. Esse deve ser o objeto de investigação. Discutir se um jornal falou ou não “a verdade” acaba expondo mais os valores do analista do que os do jornal (HERNANDES, 2012, p. 20).

O fato de a observação dos acontecimentos ser feita por um sujeito psicossocial (jornalista) não impede a aproximação da realidade e não significa que o que ele informa é mentira. A realidade que se lê nos jornais é uma reconstrução da realidade observada dos fatos.

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade (CHARAUDEAU, 2012a, p. 131).

Outra questão a ser pensada é: se a notícia é técnica, a própria situação de pensar estrategicamente sobre como relatar os casos sucedidos já é um fator que envolve a subjetividade. O que informar? Para quem? Para quê? Nem tudo que acontece é relatado. Ao se escrever uma notícia, opta-se por este ou aquele fato, o que implica, obrigatoriamente, a omissão de outros.

Selecionar significa também priorizar assuntos, mesmo em detrimento de outros, de modo a concentrar o trabalho principal da equipe naquilo que a edição **judgar** mais relevante. Assim, as pautas devem obedecer a hierarquias estabelecidas pelas editorias (FOLHA, 2010, p. 21, grifo meu).

Julgar é, incontestavelmente, exprimir pontos de vista e valores acerca de determinado acontecimento.

O Globo, em seu manual, também se posiciona a respeito do papel dos profissionais na seara da (im)parcialidade, no capítulo denominado *Questões éticas*. E assim discorre:

Todo jornalista, do repórter ao editor, seleciona e dá pesos diferentes aos elementos de informação que passam por suas mãos. Isso é inevitável – pois não há outra maneira de trabalhar – e representa o exercício de considerável poder: o de decidir como determinado aspecto da realidade será apresentado à opinião pública (O GLOBO, 1992, p. 83).

A imprensa constitui-se como um grande poder sobre a elaboração das verdades que serão consumidas pela sociedade, atuando como mediadora entre os sujeitos e o mundo. No entanto, também sofre coerções de outras instâncias de poder, como a política, o mercado e a religião. Mais uma vez, O Globo posiciona-se, agora, a respeito das forças externas que influenciam no trabalho do jornalista em busca de uma maior isenção de valores.

É inaceitável que o processamento da informação seja posto a serviço de fins políticos, ideológicos e pessoais. Mas existe o abuso não deliberado: ninguém consegue despir ideias e sentimentos como quem tira um paletó antes de começar um dia de serviço. Ainda assim, mesmo sabendo que a isenção total é impossível, o jornalista tem que tentar, permanentemente, ser tão isento quanto possível (O GLOBO, 1992, p. 84).

Dessa forma, o discurso da objetividade provoca a ilusão de que aquilo que se lê corresponde de modo fiel à realidade, e interesses não revelados mascaram-se na aparência de uma neutralidade discursivamente planejada. A aparência de estar diante de um relato imparcial e neutro acaba por camuflar o juízo de valor do jornalista em relação ao discurso que produz, ocultando a subjetividade inerente a todo ato de linguagem.

Objetividade não deveria ser entendida como o contrário de subjetividade, mas sim como a busca e a maior aproximação da realidade. Como não se pode conhecer a “realidade real”, não existe objetividade absoluta.

Folha (2010, p. 46-47) manifesta-se a respeito da objetividade como algo inexistente no jornalismo.

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e deitá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia e desinteresse.

Os textos midiáticos e, em especial, os do jornalismo, portanto, elaboram versões não neutras da realidade, atreladas às posições sociais e aos objetivos dos seus produtores. Não há discurso neutro, por mais informativo que ele se pretenda fazer. Os seres envolvidos no processo comunicativo são sujeitos que se constituem na e pela linguagem e, estando inseridos em uma esfera discursiva, imprimem seus juízos de valores (in)voluntariamente nos discursos de que participam.

Koch (2008, p. 17) também não acredita na imparcialidade. Segundo a autora “a neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”.

E o leitor? Até que ponto (des)conhece a (im)parcialidade dos veículos de comunicação? Lustosa (1996, p.179) responde:

Mesmo se muito influenciados, os consumidores dos veículos de comunicação de massa não absorvem a totalidade das mensagens como verdadeiras. O que o cidadão procura na informação jornalística selecionada é reforçar o seu discurso, respaldar suas próprias observações.

Ao reconhecer a parcialidade dos veículos de comunicação de massa, os próprios leitores confirmam a proposição teórica segundo a qual a notícia representa apenas parte da realidade, isto é, uma versão do veículo. Eles sabem da existência de vários *filtros*.

Esse assunto será retomado adiante, sob uma nova abordagem, quando o trabalho em questão discursar sobre o sistema de crenças, na seção 2.2.1.

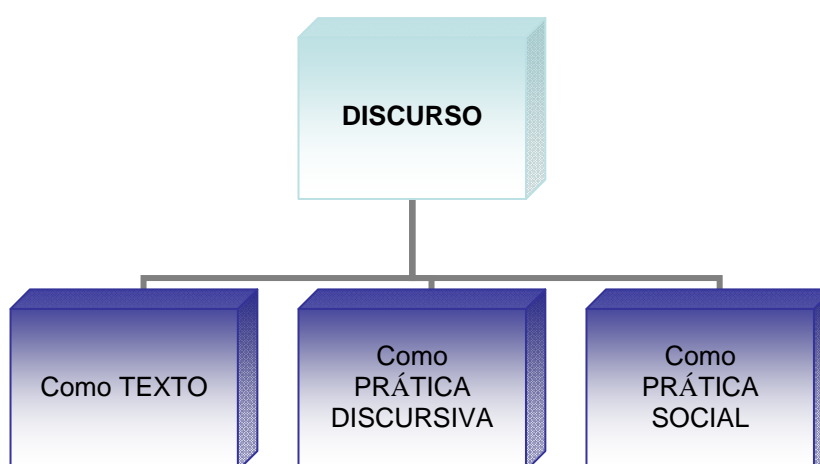
2 DISCURSO E COMUNICAÇÃO

A linha teórica que rege este trabalho é a Análise Semiolinguística do Discurso (ASD) e, por ser transdisciplinar, não me impede de propor uma interação com outras teorias afins que possam contribuir para o enriquecimento desta dissertação.

Para o conteúdo a seguir, recorro a complementaridades identificadas entre a ASD e a Análise Crítica do Discurso (ACD), as quais julgo pertinentes. De acordo com o teórico da ACD, Norman Fairclough, o discurso é uma forma de prática social com a qual se interfere no mundo e na sociedade. O uso da linguagem implica compreendê-la como um modo de ação passivo e ativo, constituído, por um lado, pela sociedade, mas também constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de crenças.

O discurso é socialmente constitutivo. (...) O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Para o autor, a análise de um discurso deve ser pautada na conjugação de três componentes: o *texto*, a *prática discursiva* e a *prática social*, o que caracteriza aquilo que o autor chama de *modelo tridimensional do discurso*. Dessa forma, ele constata que a concepção tridimensional do discurso “é uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise do discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001, p.100)



A *dimensão textual e linguística* apresenta o texto em sua materialidade linguística, privilegiando a descrição de aspectos relevantes do léxico, da gramática, da estrutura do texto. Essa dimensão é, portanto, o suporte textual para a interpretação e a explicação, focos da

segunda e terceira dimensões de análise. Nesse ponto, Charaudeau dialoga com Fairclough, pois afirma que a sua corrente é linguística e tem como ponto de partida, na análise de um discurso, os dados linguísticos que constituem o texto. Segundo ele, “é linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto [o discurso] é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos languageiros” (CHARAUDEAU, 2002b, p. 21). Em ambas as correntes, o conhecimento acerca de uma gramática funcionalista é um dos pilares indispensáveis para que se compreenda como as estruturas linguísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas no processo de interação verbal, principalmente por meio do discurso.

Compreendem-se como *prática discursiva* os processos de produção, distribuição e consumo de textos, e busca-se, com isso, a interpretação textual, tendo como focos de análise o tipo de interação social, as imagens projetadas dos interlocutores, o propósito do texto, a intertextualidade, a interdiscursividade, dentre outros. Esta dimensão é mediadora entre o texto e a prática social e contribui para reproduzir e transformar a sociedade em suas identidades e relações sociais, e sistemas de crenças.

Convergindo com as ideias de Fairclough, Charaudeau afirma que, para que um ato comunicativo seja causador de um efeito de sentido, é preciso que exista uma relação de intencionalidade entre as instâncias de produção e de recepção. Em outras palavras, qualquer instância da comunicação pode ser compreendida de diferentes formas, não podendo, pois, atribuir a ela um sentido único determinado. As compreensões diversas acerca da comunicação resultam de diferentes combinações entre as características de quem enuncia e de quem interpreta e entre as propriedades de cada forma de comunicação.

Como resultado dessa relação, o autor apresenta três lugares de construção de sentido: o *lugar das condições de produção*, o *lugar das condições de recepção* e o *lugar das restrições de construção do produto*.

Para ele, no *espaço de produção*, as questões socioeconômicas da máquina midiática como empresa e as questões semiológicas da produção se integram. As primeiras dizem respeito à missão, à visão, aos valores e princípios que norteiam o veículo enquanto empresa inserida em um contexto socioeconômico, o qual orienta a intencionalidade das práticas dos profissionais da mídia. Neste espaço, o interesse se volta para aquilo que se deseja atingir com o que é enunciado, não significando, portanto, o efeito real do texto sobre o leitor.

O *espaço do consumo (recepção)* compreende a seleção de textos e sua devida orientação de acordo com os efeitos de sentido pretendidos, apesar de não haver garantia de que esses efeitos corresponderão àqueles que serão produzidos no interlocutor.

Ainda de acordo com o autor francês, neste espaço também se configuram o leitor ideal (aspecto interno-externo), entendido como aquele que é capaz de perceber os efeitos pretendidos pela instância midiática no momento de produção textual; e o leitor real (aspecto externo-externo), que interpreta a informação veiculada segundo suas próprias crenças, convicções e condições de interpretação. Ideal ou real, é indiscutível a figura do leitor como coautor do texto e determinante para as escolhas do processo produtivo. Charaudeau (2012a, p. 26) chama atenção para o fato de que

Analisar as condições de interpretação desse espaço depende de uma problemática sociológica e psicossociológica. Trata-se aqui de interrogar sobre a natureza e os comportamentos da instância de recepção, atividade delicada, pois convém não confundir dois tipos de efeito: os que concernem a fatos de consumo e atitudes apreciativas (índices de satisfação), tudo aquilo que é analisado através de sondagens, pesquisas quantitativas de audiência e estudos de impactos; e os que concernem aos processos psicossociocognitivos de percepção, de memorização, de retenção, de discriminação, de avaliação e de compreensão do que é percebido.

Se há uma relação inerente entre a produção e a recepção, entre autor e leitor, não é possível separar esses dois espaços, o que leva Charaudeau a definir um terceiro, que se constitui como uma ambiente de reciprocidade.

Então, na interseção entre os dois lugares de construção de sentido (produção e recepção), está o chamado *lugar das restrições de construção do produto*. Trata-se do ambiente em que o discurso se configura em texto, de acordo com uma estruturação semiodiscursiva geradora de sentido, cujo reconhecimento pelo receptor é fundamental para que a troca comunicativa se realize de modo efetivo. Essas restrições são regulações, convenções e normas que possibilitam a interlocução na medida em que a regulamentam. Assim, “nem a produção, nem a recepção processam-se à revelia de restrições que devem ser impostas ao seu funcionamento” (MARI, 2002, p. 36).

Ao propor os lugares de produção de sentido, o autor pretende justificar a informação como “algo que não corresponde apenas à intenção do produtor, nem apenas à do receptor, mas como resultado de uma cointencionalidade que compreende os efeitos visados, os efeitos possíveis e os efeitos produzidos” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 28).

Por fim, no âmbito da terceira dimensão do discurso, Fairclough entende como *prática social* o espaço mais amplo, aquele em que se busca a explicação para o evento discursivo. Procura-se entender como as práticas sociais (política, ideológica etc) se relacionam com os discursos analisados, como as estruturas sociais moldam e determinam os textos e como estes atuam sobre elas. O discurso é visto, por essa prática, como um modo de ação, de

representação e de significação sobre o e do mundo. Nesta prática, são discutidos conceitos como hegemonia e ideologia.

Segundo o autor,

a prática discursiva não se opõe à prática social: a primeira é uma forma particular da última. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não discursiva. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99)

Charaudeau apresenta “uma proliferação de noções” (2008, p. 191) para tentar explicar a maneira como o homem representa o mundo para “compreendê-lo, nele estabelecer-se e agir” (2008, p. 191).

Pode-se perceber, então, que o texto é portador de “efeitos de sentido possíveis”, os quais se encontram determinados pela conjunção entre os efeitos visados pelas diferentes dimensões do discurso. Dessa forma,

analisar um texto não é nem pretender dar conta apenas do ponto de vista do sujeito comunicante, nem ser obrigado a só poder dar conta do ponto de vista do sujeito interpretante. Deve-se, sim, dar conta dos possíveis interpretativos que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação. (CHARAUDEAU, 2012b, p. 63)

Como podemos estabelecer um paralelo entre o conteúdo exposto e a produção de sentido no discurso midiático, sobretudo no jornalismo, esfera-tema desta dissertação? Charaudeau (CHARAUDEAU, 2012b, p. 28) responde:

No que tange à comunicação midiática, isso [possíveis interpretativos] significa que qualquer artigo de jornal, qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor. Analisar o produto acabado depende de uma problemática semidiscursiva que pressupõe o estudo do discurso midiático sob um enfoque em que serão examinados os sentidos provenientes da estruturação do texto e os discursos de representação, tanto aqueles que circulam no lugar de produção, quanto os que caracterizam o lugar das condições de recepção. Esses dois tipos de discursos de representação constituem os imaginários sociodiscursivos que alimentam e tornam possível o funcionamento da máquina midiática.

2.1 Níveis da análise do discurso segundo a Semiolinguística

Segundo Charaudeau, é possível chegar à construção de um sentido para o discurso quando se levam em consideração dois componentes: o linguístico e o situacional.

O primeiro trabalha com o espaço interno (material linguístico – linguagem) de construção de sentido, o que o autor denomina *contexto*, e o segundo opera na realidade extralinguística, ou seja, no espaço externo à linguagem. É o que ele chamou de *situação*.

O contexto pode ser dividido em *linguístico* e *discursivo*, sendo o primeiro definido como “a vizinhança verbal de uma determinada palavra, podendo variar em dimensão.” (CHARAUDEAU, 2012b, p. 70). O contexto discursivo, por sua vez, contempla os atos de linguagem já produzidos em uma determinada sociedade e determinantes para a produção ou interpretação de um texto.

A situação em que o discurso se dá, embora externa ao ato de linguagem, constitui as condições de realização desse ato e é determinante para a interpretação das verdades que ele veicula e que são levadas ao público.

Ao relacionar esses dois componentes, o autor propõe que a análise de um discurso deve ser pautada na conjugação de três elementos: o *situacional*, o *discursivo* e o *semi-linguístico*. Dessa forma, o autor constata que “todo enunciado deve constituir o objeto, para análise, como uma tripla interrogação: quais são as condições situacionais do ato de linguagem? Qual(is) procedimento(s) discursivo(s) ele aciona? Em que consiste sua configuração textual?” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 453)

O *nível situacional* (ou comunicacional) constitui um espaço de troca no qual são estabelecidos os dados externos à materialidade do texto, tais como a identidade dos participantes do discurso e seu lugar na interação, a finalidade do ato de linguagem e, por último, as circunstâncias materiais em que o discurso se realiza. Apesar de externos, esses elementos constituem condições psicossociais para que o ato de linguagem se realize.

Compreende-se como *nível discursivo* o “lugar em que se instauram as diferentes ‘maneiras de dizer’” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 453), o que corresponde aos comportamentos adotados pelos sujeitos em função das instruções contidas na situação de comunicação. Nela, os participantes do ato comunicativo se colocam em determinadas posições, compondo um espaço de troca.

Em uma situação monologal, como é o caso dos textos da imprensa, em que os parceiros da comunicação não estão presentes fisicamente, o locutor (ou jornalista) não está “à mercê” (CHARAUDEAU, 2012b, p. 72) de seu interlocutor e pode organizar logicamente o que vai escrever, contribuindo para a orientação argumentativa de seu texto, com vistas ao seu objetivo comunicativo.

Enfim, entende-se como *nível semi-linguístico* o espaço das escolhas linguísticas e suas combinações, as quais estão associadas à(s) intencionalidade(s) discursiva(s) dos

participantes do discurso. Isso quer dizer que uma análise semiolinguística do discurso procura verificar, na materialidade do texto, os signos linguísticos que, uma vez combinados entre si, expressam direta ou indiretamente uma intenção discursiva e apontam para o nível situacional e discursivo, ambos determinantes para o produto final: o discurso materializado no texto.

Como este trabalho versa sobre o discurso da imprensa nas notícias, cabe-nos entender como a informação funciona como discurso para fazer notícia. A informação já possui enraizado um juízo de valor, somente pelo fato de o acontecimento que ela descreve possuir elementos valorativos que justificaram sua publicação.

2.2 Informação como discurso

Informações são a matéria-prima do jornalismo, e a análise delas enquanto discurso recai em níveis de leitura que se sobrepõem ao linguístico e alcançam níveis (extra)discursivos. Nesse sentido,

(...) o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 40)

Analisar o discurso significa, então, tentar compreender de que maneira as verdades são produzidas mediante o tratamento das informações.

De acordo com Charaudeau (2012a), identificar a informação como discurso significa indagar sobre:

1. o mecanismo de construção do sentido;
2. a natureza do saber que é transmitido;
3. o efeito de verdade possível de ser produzido no receptor.

A seguir, farei uma reflexão acerca de cada um dos itens.

2.2.1 Mecanismo de construção do sentido: o duplo processo de semiotização do mundo

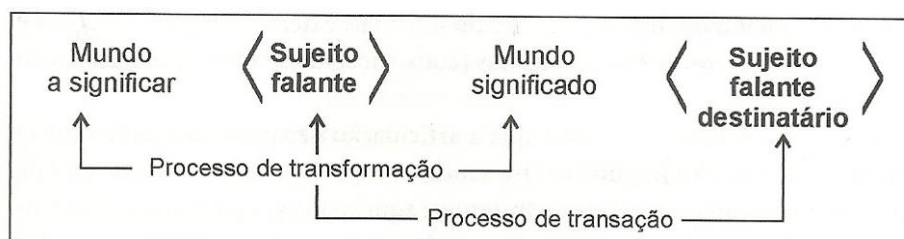
Vimos anteriormente que, para o homem viver em sociedade, ele precisa significar o mundo a sua volta. Quer dizer, não há uma realidade fechada, independente do homem, da cultura e da sociedade. O mundo é povoado de coisas físicas, mas elas só adquirem sentido ao serem conceitualizadas pelo homem. Assim, o mundo é aquilo que o homem significa, organiza e transforma como tal. Fairclough (2001, p. 91) ratifica essa visão sob a ótica do discurso quando afirma que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.”

O sentido, por sua vez, constrói-se nas relações sociais por meio da linguagem, segundo Charaudeau, em um duplo processo de semiotização intermediado por sujeitos psicossociolinguageiros.

São dois os processos de construção dos sentidos: o de *transformação* e o de *transação*.

O ato de informar inscreve-se no processo de *transformação*, pois descreve os fatos, identificando-os e qualificando-os, conta-os e explica-os, ou seja, transforma um *mundo a significar* em um *mundo significado*, conforme já exposto no capítulo 1 (Comunicação e linguagem jornalística).

O segundo processo, o de *transação*, utiliza esse mundo já significado como objeto de troca com o destinatário. O sujeito emissor possui uma importante ferramenta que é a informação significada e deve fazê-la ter significado também para o destinatário.



Fonte: CHARAUDEAU, 2007, p. 14

Transpondo esses conceitos para o universo do jornal, o jornalista se apodera dos acontecimentos (mundo a significar), até então desconhecidos de seu público, dando-lhes sentido em forma de notícia (mundo significado), a qual será o objeto de troca com os leitores.

Nas palavras de Charaudeau (2012a, p. 114),

Esta [a comunicação midiática], como todo ato de comunicação, realiza-se segundo um duplo processo de *transformação* e *transação*. Nesse caso, o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de *transformação* consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, “de notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de transação, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira.

Corado (2009, p. 131) ainda complementa:

Ao se pensar na finalidade das mídias, no seu papel social, nos seus mecanismos de fortalecimento e jogos de poder, não se pode perder de vista que é por meio desses dois processos – transformação e transação – que a máquina midiática se constrói como organismo que, a um só tempo, torna pública a informação e forma a opinião pública.

Para que o processo de transformação se concretize, são necessários quatro procedimentos:

1. a *identificação*, pois os seres do mundo são nomeados, identificados para que se possa falar deles. Os substantivos são as classes gramaticais utilizadas para esse fim;
2. a *qualificação*, pois é preciso caracterizar esses seres, um a um, visto que possuem identidades próprias. Os adjetivos são os principais responsáveis por essa descrição;
3. a *ação*, pois é a operação que demonstra que os seres agem ou sofrem a ação representada pelos verbos;
4. a *causação*, pois os seres agem ou sofrem as ações motivados por uma causa. São estabelecidas relações de causalidade por estruturas linguísticas determinantes da vinculação causa-efeito.

O processo de transação, por sua vez, ocorre de acordo com quatro princípios, a saber:

1. *Princípio de alteridade*: implica reconhecimento e legitimação entre os participantes do ato de linguagem, que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes. São semelhantes porque precisam compartilhar um mínimo de saberes e devem ter motivações em comum, no entanto, assumem papéis distintos na comunicação: um é o sujeito emissor, produtor do ato de linguagem, e o outro é o receptor-interpretante. Ao longo da comunicação, os papéis podem se inverter, e o reconhecimento dos parceiros, que ocorre num processo recíproco de interação, confere a estes uma legitimidade. Assim, todo ato de comunicação implica um reconhecimento e uma legitimação recíproca dos parceiros. Este princípio constitui o fundamento do aspecto contratual do ato de comunicação.

2. *Princípio de pertinência*: os participantes do ato de comunicação devem compartilhar um universo de referenciais que inclui os saberes sobre o mundo, sobre os valores psicológicos e sociais, sobre os comportamentos etc, ou seja, os saberes implicados no ato de linguagem. É imprescindível que este seja apropriado a sua finalidade e ao contexto em que ocorre, contribuindo para o aspecto contratual do dispositivo sociolinguageiro.
3. *Princípio de influência*: como o próprio nome indica, neste princípio busca-se influenciar o interlocutor em suas ações, emoções e pensamentos. Sendo assim, todo parceiro do ato de linguagem sabe que é influenciado. Este princípio se relaciona diretamente com a *finalidade intencional* que se acha inscrita no dispositivo sociolinguageiro.
4. *Princípio de regulação*: toda influência pode estar exposta a uma *contra-influência*, ou seja, assim como todo sujeito receptor de uma mensagem é alvo de *influência* do sujeito emissor, o inverso se confirma, e há, entre os parceiros do ato de linguagem, uma regulação do jogo de influências para que não ocorra confronto ou ruptura do processo comunicativo. Assim, para a regulação, os parceiros recorrem a estratégias no interior de um quadro de situações e este *espaço de estratégia* está inscrito no dispositivo sociolinguageiro.

Embora sejam processos distintos, a *transformação* e a *transação* não se realizam de forma independente, podendo-se até afirmar que há uma dependência do primeiro em relação ao segundo. Charaudeau afirma que “é sempre possível construir um enunciado que mobilize as diferentes operações do processo de transformação” (2007, p. 16). Com isso, busca-se apreender o sentido comunicativo (valores semântico-discursivos) da operação discursiva.

Imaginemos um diálogo em que um dos interlocutores diz para o outro: “Está na hora de lavarmos roupa suja”. Diferentes operações do processo de transformação foram acionadas: identificou-se que o item a ser lavado é a roupa, foi-lhe atribuída a característica de ser suja, a ação será a de lavar e as causas para esse ato podem ser distintas. Essas informações, no entanto, dependem dos princípios norteadores do processo de transação para que signifiquem algo enquanto ato de linguagem. A expressão “lavar roupa suja” pode ser interpretada pelos interlocutores de maneira literal, provocando neles o ato de pegar as roupas e de colocá-las na máquina de lavar. Em contrapartida, pode significar que chegou a hora de esclarecer problemas, geralmente, por brigas ou discussões.

Vê-se, pois, que não se podem considerar as operações de transformação isoladamente. Elas devem ser entendidas em um quadro situacional imposto pelo processo de

transação e que possibilita o intercâmbio linguageiro. Esse quadro situacional serve de base para a construção do *contrato de comunicação*, que será estudado adiante.

2.2.2 A natureza do saber

Além de pesquisar a mecânica de construção do sentido, Charaudeau (2012a) também informa sobre a natureza do saber, partindo da concepção de que o saber não tem natureza, uma vez que resulta de uma construção humana na e pela linguagem, a fim de tornar o mundo inteligível. Ele afirma que o saber se estrutura de acordo com a orientação do olhar do homem sobre o mundo e, conseqüentemente, segundo as escolhas das atividades discursivas responsáveis pela representação e significação do mundo.

Nesta dissertação, procuro mostrar que não existe uma neutralidade no saber construído pelo jornalismo informativo, pois esse saber é produzido pela visão de quem escreve, podendo, então, ser direcionado para tornar o mundo inteligível ou para tentar construir no leitor uma crença acerca do discurso do jornal.

2.2.3 Efeitos de verdade

“O efeito de verdade está mais para o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o do ‘ser verdadeiro’” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 49). É necessário diferenciar essa concepção de efeito de verdade com a de valor de verdade – que não é de natureza empírica e permite construir o ‘ser verdadeiro’.

A discussão sobre os saberes e os efeitos de verdade construídos pelos discursos do jornalismo informativo é de declarada relevância para esta pesquisa, pois, por meio desses discursos, a veracidade das informações extrapola o linguístico-informativo e assume esferas de representação no imaginário sociodiscursivo dos leitores. Em relação ao *corpus* deste trabalho, o discurso produzido na mídia impressa a respeito do papel da Polícia Militar nas manifestações ativa diferentes saberes e crenças do leitor acerca desta instituição, contribuindo para a construção de um sistema de representação que vai ao encontro daquilo

que se pretende fazer verdade, uma vez que o modelo proposto no discurso informativo é o da credibilidade.

Um jornal dotado de credibilidade transmite um efeito de verdade aos seus leitores que acreditam ou pressupõem que o que está escrito é verdadeiro.

(...) o veículo de comunicação vive, em relação à verdade de seu dizer, uma dupla realidade: por um lado, há uma forte tendência a se absorver o discurso midiático como uma verdade, o simples fato de alguma informação ser publicada em um jornal ou uma revista garante que, publicamente, ela seja apreendida sob a forma de “verdade”, o que é decorrente da própria legitimidade do enunciador; verifica-se, por outro lado, um esforço dos veículos midiáticos no sentido de construir discursivamente a impossibilidade de se pôr em dúvida o seu dizer, isso porque ter o seu dizer desvinculado da noção de verdade representa, para o veículo de comunicação, a perda do crédito do leitor e, conseqüentemente, uma perda de força e de poder (CORADO, 2009, p. 141)

Analisar, portanto, esses três fatores apresentados – o mecanismo de construção do sentido, a natureza do saber e os efeitos de verdade – significa reconhecer a informação como discurso.

2.3 Contrato de comunicação

Ainda caminhando pelas trilhas das trocas comunicativas e entendendo a importância da linguagem em sua função social, é necessário abordar um conceito-chave da atividade discursiva: o do *contrato de comunicação*.

Quando vamos alugar um imóvel, por exemplo, é imprescindível que façamos um contrato de aluguel, no qual as partes (proprietário e inquilino) concordem com as regras e normas estabelecidas nas cláusulas. Cria-se, pois, uma relação objetiva, prática e material, cujo produto final é a assinatura de um papel que sela os direitos e deveres dos envolvidos a partir de uma combinação de interesses. Não há, necessariamente, espaços para as subjetividades dos indivíduos participantes desse contrato.

Embora, nas relações de comunicação, o pacto existente entre as instâncias interlocutivas compreenda um universo de intersubjetividades, também se faz necessário um acordo tácito entre os participantes, um conjunto de condições, normas e regras, sejam elas externas ou internas ao ato, para regular e possibilitar o intercâmbio linguageiro com vistas ao fim desejado. O contrato de comunicação pode ser definido, então, como “a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir,

coconstruindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 130).

Breton (1999, p. 42-43) sustenta a relação entre a subjetividade e a objetividade da informação afirmando que

a informação é sempre subjetiva, pois é produzida por humanos. Ela nem sempre será uma representação do real. A diferença está no contrato de comunicação que, no caso da informação, supõe que se tenderá o mais possível para um olhar objetivo, mesmo que não se consiga tê-lo completamente.

No universo do jornalismo, antes de se estabelecer um contrato de comunicação conforme define Charaudeau, é preciso que as prerrogativas de um contrato de cunho *ideológico* se materializem no que o jornal *Folha de São Paulo* chama de *mandato do leitor*. De um lado, está o jornal, dotado da responsabilidade de corresponder às expectativas ideológicas de seu público em relação aos fatos recentes; de outro, estão os leitores ou potenciais consumidores que compactuarão com esse contrato desde que a primeira parte atenda as suas exigências. O mandato do leitor é assim abordado:

Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências, o leitor suspende esse mandato [...]. (FOLHA, 2010, p. 46)

Se os diferentes veículos possuem as mesmas informações, o sucesso deste contrato dependerá do tratamento que será dado aos fatos através do discurso do jornal. Caso o contrato ideológico entre jornal e leitor não seja firmado, o de comunicação nem se inicia.

Os sujeitos comunicantes precisam se fundamentar em um conjunto de referências comuns que permita o estabelecimento do laço comunicativo, e o contrato regula as expectativas desses sujeitos.

Sobre isso Charaudeau (2012a, p. 68) declara que

[...] toda troca linguageira se realiza num quadro de cointencionalidade, cuja garantia são as restrições da situação de comunicação. O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um *contrato de comunicação*.

As particularidades de cada contrato de comunicação dependem de um quadro de referência de que se valem os integrantes do ato comunicativo e que constitui a *situação de comunicação*, metaforizada por Charaudeau (2012a, p. 67) como

um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana.

Parece controverso, mas são essas restrições que possibilitam a interlocução na medida em que a conduzem. Não se pode pensar, no entanto, que os contratos de comunicação representam uma repressão aos sujeitos; muito pelo contrário. Eles proporcionam, também, possibilidades estratégicas de discurso, que se colocam a serviço dos sujeitos interlocutores em seus projetos de fala.

A compreensão dos elementos que constituem um contrato de comunicação resulta, segundo Charaudeau, de um conjunto de dados externos e internos. Já vimos que o discurso tem um componente situacional e um linguístico e podemos relacionar os dados externos ao primeiro componente e os internos ao outro.

Os dados externos, então, relacionam-se às constantes previstas nas situações de trocas comunicativas e constituem-se por comportamentos regulares expressos pelos sujeitos participantes da troca. Segundo o autor, “essas constantes e essas regularidades são confirmadas por discursos de representação que lhes atribuem valores e determinam assim o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido” (2012a., p. 68).

O mesmo autor organiza os dados externos em quatro condições: *identidade*, *finalidade*, *propósito* e *dispositivo*.

A *identidade* está relacionada não só às características psicossociais dos sujeitos inscritos no ato de comunicação, mas também às identidades discursivas adotadas em determinada situação, pois os sujeitos se constroem e se reconstróem discursivamente. Da articulação entre as identidades resultam as estratégias discursivas.

O dado externo representado pela *finalidade* diz respeito ao objetivo a ser buscado através do ato de linguagem, à expectativa de sentido em que se baseia a troca comunicativa, em resposta à pergunta “estamos aqui para dizer o quê?”. Nas palavras de Charaudeau (2012b, p. 24),

A finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciatador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas no jogo que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem.

No contrato de comunicação firmado entre o jornal e seu público, a finalidade se fixa nas cláusulas centrais desse contrato, as quais, segundo Hernandez (2012, p. 18) são “‘dizer a verdade’, ‘separar os fatos de opiniões e interpretações’, ‘ser objetivo e imparcial nos relatos’, ‘mostrar a realidade’”. O leitor, por sua vez, deve compartilhar do mesmo universo de valores do jornal, o que torna as partes do contrato cúmplices. Temos visto, contudo, ao longo deste trabalho, que verdade, objetividade, imparcialidade e realidade são “efeitos de sentido” (2012, p. 29), e que o objetivo do jornalismo não é, na maioria das vezes, o que se coloca em prática, visto que a ideologia, entendida neste momento como visão de mundo, faz com que o jornal se posicione na defesa de um determinado valor. O leitor, como participante do contrato, deve, então, entender como real e verdadeiro aquilo que o jornal tentou fazer parecer real e verdadeiro.

Entende-se como *propósito* a resposta à pergunta: “Do que se trata?”. Essa resposta está relacionada a um domínio de saber com o qual o tema se relaciona. É por isso que Charaudeau (2012a, p. 69) diz que o propósito é “uma maneira de recortar o mundo em ‘universos de discurso tematizados’ [...] Corresponde ao universo de discurso dominante ao qual a troca deve reportar-se [...]”

O *dispositivo* é o dado externo que se liga às circunstâncias materiais em que o ato de comunicação se desenvolve. Ele compreende, por exemplo, o espaço físico e o canal de transmissão que serão determinantes para a orientação comunicativa pretendida pelo contrato. Charaudeau (2012a., p. 69) o explica da seguinte forma:

O dispositivo constitui o quadro topológico da troca, que é mais ou menos manifesto, mais ou menos organizado. Em certos casos, é objeto de uma montagem cênica pensada de maneira estratégica, como nas mídias televisuais (debates, emissões de variedades e jogos) ou na publicidade; em outros casos, interfere muito pouco, como nas conversas espontâneas, embora mantenha certas características. O dispositivo é o que determina variantes de realização no interior de um mesmo contrato de comunicação.

No jornalismo impresso desenvolvido pelo jornal *Folha de São Paulo*, a equipe de edição dialoga com a ideia de dispositivo concebida por Charaudeau.

Na Folha, toda edição obedece a um padrão de design formulado no projeto gráfico do jornal. Há regras para a titulação dos textos, para a disposição deles, das fotos e dos infográficos e para a formatação dos diversos elementos que compõem o produto final. Com isso, o jornal como um todo ganha personalidade. [...] A edição deve [...] amadurecer seu trabalho, sofisticar permanentemente seus recursos e encontrar soluções que sejam as mais adequadas e vibrantes para o leitor. (FOLHA, 2010, p. 35)

Passemos, agora, para o estudo dos dados internos, ligados ao quadro linguístico-discursivo do contrato de comunicação e que permitem responder à pergunta: “Como dizer?”.

Uma vez reconhecidos os dados externos, é hora de se determinarem as condutas linguageiras nas situações de troca comunicativa, ou seja, “como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis linguageiros que devem assumir, as formas verbais (ou icônicas) que devem empregar em função das instruções contidas nas restrições situacionais” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 70).

De acordo com o autor, os dados internos compreendem três espaços de comportamentos linguageiros: o espaço de *locução*, o espaço de *relação* e o espaço de *tematização*.

O *espaço de locução* é o espaço da fala, no qual o sujeito enunciador deve justificar a sua tomada da palavra, deixando claros os papéis assumidos – de falante e ouvinte – entre os integrantes da interlocução. No caso do jornal, o espaço de locução é marcado pelo veículo como emissor e pelos leitores como destinatários das “palavras escritas”. Como não há contato físico entre as partes, o contrato é estabelecido de modo que o leitor, desde a decisão de comprar o jornal, já se coloca na posição de receptor das mensagens fornecidas pelo veículo.

Compreendemos o *espaço de relação* como aquele em que os participantes da troca linguageira constroem suas identidades em cada ato de comunicação, e a relação estabelecida entre os interlocutores pode ser de aliança, de conflito, de inclusão, de exclusão etc. Este dado interno nos leva a estabelecer uma relação com o dado externo *identidade*.

Por fim, assim como o espaço de relação guarda relação com o dado externo identidade, o *espaço de tematização* o faz com o dado externo *propósito*. Neste espaço, o tema ou o domínio do saber é apresentado, e os posicionamentos acerca dele são expostos pelo sujeito falante por meio da organização de seu discurso. Nas notícias de jornal, esse espaço se torna evidente nas escolhas dos temas pertinentes ao momento histórico do país ou que sejam de interesse de seus leitores. A forma como as informações serão organizadas e tratadas dependerá do grau de manipulação desejado pelo veículo e dos efeitos de sentido que deseja despertar em seus leitores.

2.4 O poder da mídia

“O mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 17), porém “ninguém nega o poder dos jornais [...]” (HERNANDES, 2012, p. 9).

Realmente, é indiscutível o poder de influência dos meios de comunicação – e destaco o jornal diário – sobre a formação moral e social do indivíduo da sociedade contemporânea, na medida em que atuam como mediadores da relação entre o sujeito e o mundo, sendo responsáveis pela divulgação de fatos e acontecimentos, até então, desconhecidos, e pela construção de realidades. Desse modo, podem intervir, por meio de seu discurso, no conteúdo e na forma do conhecimento veiculado, de acordo com seus interesses e valores, e o que apresentam não é a “realidade real”, mas uma “realidade filtrada” pela ideologia das instituições midiáticas.

Ainda que o dizer da mídia esteja sempre na função de mediação entre o real e as concepções do real a serem criadas, o senso comum vê a realidade como algo único e absoluto, sobretudo quando essa “realidade” tem como porta-voz o veículo ao qual o indivíduo dá credibilidade e força (CORADO, 2009, p. 123)

Em relação aos textos midiáticos ditos informativos, a relação de poder não é esvaziada pelo fato de eles tentarem alcançar o máximo de imparcialidade; o poder se manifesta por meio da informação, na relação entre a detenção do saber e o não saber. Para comprovar esse pensamento, Charaudeau (2012a, p. 63) afirma que

O discurso informativo não tem relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”). Além disso, basta que se saiba que alguém ou uma instância qualquer tenha a posse de um saber para que se crie um dever de saber que nos torna dependentes dessa fonte de informação. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro.

Como qualquer instituição econômica, o jornal precisa ofertar um produto que seja comprado por seus leitores, para que possa se manter não só economicamente, mas, sobretudo, ideológica e subjetivamente. A notícia, então, é um “bem de consumo simbólico [...] um produto colocado à venda e que atende à lógica e às exigências do mercado [...] a informação transformada em um produto de consumo” (LUSTOSA, 1996, p. 17 e 19).

Quem compra a notícia não leva para casa somente as informações “puras” que ali se apresentam e que devem ser entendidas como realidade, mas leva uma mercadoria impregnada de ideologias e subjetividades ocultadas pelo véu da neutralidade e da objetividade.

O jornalismo é, portanto, mediação, mas também é processo de controle, regulação e dominação sobre a sociedade, funcionando como produtor e reproduzidor de uma doutrina dominante e de uma realidade constituída de discursos orientados ideologicamente. Van Dijk (2005, p. 74) afirma que “o poder dos *media* é geralmente simbólico e persuasivo, no sentido

em que estes têm principalmente o potencial de controlar, até certo ponto, as mentes dos leitores ou telespectadores, mas não o de controlar directamente as suas acções”.

Ao analista do discurso cabe a função de pesquisar quais as estruturas, estratégias linguístico-discursivas ou outras propriedades apresentadas pelo discurso da mídia que legitimam esse controle. De acordo com Corado (2009, p. 121),

Se, sabidamente, as mídias atuam de modo a dirigir o olhar do espectador para os recortes do real que, de algum modo e por algum motivo, são convenientes, atuando sobre a constituição e/ou consolidação de “verdades”, crenças e valores, cabe à investigação científica procurar entender os caminhos por elas percorridos e as ferramentas utilizadas para que seu dizer seja ouvido pelo outro e tenha sobre ele o efeito desejado.

2.4.1 Sistema de crenças: a relação jornal – leitor



Disponível em: <<http://psicologia-fadeup-jpgf.webnode.com.pt/principais-correntes-da-psicologia-objectos-e-metodos/gestaltismo/>>. Acesso em: 6 dez. 2014, às 10:28.

O que você enxerga nessa imagem? Uma velha de nariz grande ou uma jovem de chapéu? Existe uma figura real ou uma visão verdadeira?

Dois observadores diferentes, ou um mesmo observador localizado em um ponto de vista diferente, podem enxergar um mesmo objeto como sendo coisas distintas. De forma semelhante, uma mesma situação social – uma briga, uma manifestação, um beijo – pode apresentar diferentes versões e ser interpretada com sentidos distintos por parte dos diversos atores envolvidos. E isso porque cada um deles tem pontos de vista, valores, crenças, interesses ou motivos distintos para explicar as situações.

De forma mais geral, cada sociedade tem formas distintas de explicar fenômenos aparentemente semelhantes. Peguemos como exemplo a morte. Em cada tempo e cultura, existe um significado atribuído a ela. Inicialmente, ele é externo ao indivíduo, pois pertence à cultura. Ninguém nasce com uma representação do que seja a morte. À medida que esse significado é internalizado por cada um, por meio das experiências, das relações sociais, ele adquire um sentido pessoal, singular, único e passa a fazer parte do sistema de crença de cada pessoa. Então, se o indivíduo acredita que a morte não existe, que é apenas um ritual de passagem de uma vida material para uma vida espiritual, esse é o efeito de verdade, ou seja, é aquilo que ele acredita ser verdadeiro, e é essa a apreensão que ele faz da realidade.

Hernandes (2012, p. 19) exemplifica esse fato em relação ao desemprego e defende que “o desemprego para um homem religioso pode ser um castigo de Deus. Para outro, pode ser consequência de uma sociedade na qual trabalhadores são explorados de modo desumano pelos empresários. Para um terceiro, pode ser falta de competência.”

Sendo assim, ele afirma que “verdade, realidade e ideologia são, portanto, assuntos profundamente relacionados. (2012, p. 21).

Ideologia é um termo muito usado nas diversas linhas de análise do discurso e não cabe, aqui, tratar das diferentes acepções acerca dele. Trabalharei com a ideia de que ideologia é visão de mundo e compreende crenças, valores, saberes, sendo responsável por moldar pensamentos e estabelecer identidades, e é por meio dela que indivíduos, grupos ou instituições tentam fundamentar seus valores.

Algumas considerações sobre a verdade já foram expostas por mim no capítulo sobre o mito da imparcialidade, quando relatei verdade e objetividade. Nesta seção, a abordagem se prolonga na relação entre *verdade* e *crença*, mas vale retomar o conceito de *efeito de verdade* trazido por Charaudeau (2012a, p. 49):

O efeito de verdade está mais para o lado do “acreditar ser verdadeiro” do que para o do “ser verdadeiro”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo. [...] O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade.

O autor estabelece uma relação entre *verdade* e *crença*, afirmando que “estão intrinsecamente ligadas no imaginário de cada grupo social” (2012a, p. 48). Só se entende algo como verdadeiro quando se acredita nele e, nesse processo, há um diálogo entre o que é externo ao indivíduo e o que passa a fazer parte de seu sistema de crenças.

E como esses conceitos se aplicam à relação jornal-leitor, levando-se em consideração o poder exercido pela mídia?

Para que ocorra a manipulação dos jornais sobre seu público, é preciso que ambos compartilhem os mesmos sistemas de valores. No caso das notícias, se os fatos e a maneira com que eles são retratados combinarem com as expectativas e crenças do leitor, haverá uma identificação mútua, e o discurso midiático atingirá a eficiência desejada. Cria-se, assim, uma relação de cumplicidade entre o jornal e seu público, sendo o último, participante, mesmo que indiretamente, da produção do jornal, no papel de coautor.

A mensagem enviada atingirá o público em seu universo particular de repertório, em sua individualidade e será decodificada por cada um de uma determinada forma. Por outro lado, os veículos de comunicação buscam um relato que possa ser compreendido e decodificado por pessoas com repertórios distintos, pois, assim como qualquer produto, a notícia precisa “ser vendida” e, para isso, ela recebe uma roupagem discursiva que a torna interessante e acessível a um universo cada vez maior de leitores. Sobre isso, Lustosa (1996, p. 34-35) afirma que

Notícia que não é espetáculo não merece ser publicada e não vende jornal. [...] A informação apenas vai se tornar um produto de consumo após ser maquiada e devidamente elaborada pelo jornalista a partir de técnicas capazes de torná-la atraente e interessante. A informação deve assumir um caráter universal, isto é, deve ser inteligível ou passível de decodificação por pessoas de diferentes níveis culturais, profissões ou repertórios.

Quando se analisa um discurso, considera-se que os fatos expostos não são necessariamente a realidade, a verdade; eles são resultado de valores humanos e de vieses ideológicos bem evidentes, com vistas a conquistar o maior número de adeptos. Na realidade noticiada pelos textos ditos informativos, é possível perceber as instâncias sutis de manipulação e de reprodução ideológicas. Os discursos materializados nas construções linguísticas são reveladores de uma visão de mundo, de uma cultura, de crenças e saberes ideologicamente partilhados.

Como os fatos são apresentados a nós por meio dos discursos do jornal e estes não são isentos de ideologia, esta “se torna um ‘filtro’ da realidade” (HERNANDES, 2012, p. 27). A realidade, por sua vez, é entendida como verdade quando o veículo de comunicação e o leitor compartilham um universo de valores, uma mesma ideologia que os tornam aliados na construção do objeto jornal. Portanto, “existe entre veículo e consumidor uma certa identidade ideológica” (HERNANDES, 2012, p. 177).

3 REPRESENTAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR COMO SEGURANÇA PÚBLICA

Para podermos entender a representação atual que se faz da Polícia Militar, é imprescindível compreendermos alguns pontos. Como a segurança pública veio, ao longo da história brasileira, se construindo na sociedade civil e se representando para ela? Que impactos essa representação gera na sociedade atual? Como a mídia exerce seu poder para construir ou desconstruir uma imagem da polícia?

Essas questões serão respondidas ao longo deste capítulo.

3.1 A contextualização da segurança pública ao longo da história brasileira

Para se ter uma compreensão mais ampla sobre o que é segurança pública no Brasil hoje e seus diferentes contextos de atuação, é preciso, antes de tudo, considerar os diversos períodos políticos que o país atravessou ao longo dos anos até os dias atuais.

A seguir, esses momentos históricos serão contemplados de forma bem resumida, pois meu objetivo não é aprofundar dados históricos, apenas elucidar fatos do passado que contribuíram significativamente para o retrato que temos hoje das instituições ligadas à segurança pública.

3.1.1 Da Colônia à República

No período em que o Brasil era colônia de Portugal, os índios nativos e os negros escravos vindos da África não mereciam nenhum tipo de consideração, a não ser a exploração. Os portugueses tinham total controle e poder legítimo sobre a vida deles, e o mais importante era garantir os interesses da Coroa portuguesa.

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, marca o início de uma série de transformações na vida política local, tendo, como exemplo, a criação da Guarda Real da Polícia da Corte. Absolutamente vinculada ao Rei de Portugal, a Guarda tinha como principal

função defender os interesses particulares da Coroa. Como todo poder era do Rei, ele podia tomar qualquer medida em nome da segurança, sem qualquer atenção aos interesses da população.

No período regencial (1831), sendo o Brasil já independente (1822), a Guarda Real foi substituída pelo Corpo de Guardas Municipais Voluntários Permanentes por província, com a finalidade de enfrentar a agitação inerente à época. Mais tarde, a denominação foi alterada e cada província determinou seu título conforme a Unidade Federativa (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Militar do Estado de São Paulo etc.).

Nesse mesmo período, criou-se a Guarda Nacional, uma organização independente do Exército, cuja atribuição era defender a Constituição e a integridade do Império na manutenção da ordem interna (ordem escravocrata). Em 1866, no Rio de Janeiro, foi criada a Guarda Urbana, precursora do Corpo Civil da Polícia: uma força não militarizada com atividades de ronda.

A Corte, então, era composta por uma força policial militar e outra civil, sendo que a primeira responsabilizava-se por operações de grande porte, e a segunda ficou com a atribuição da vigilância contínua da cidade.

Para concluir esse período da nossa história, a autora Gleice Bello da Cruz (2013, p. 3) vai nos mostrar que

antes da Constituição Provisória da República, o governo determinou a dissolução da Guarda Urbana, sendo esta extinta em 1889. Nesse mesmo ano, quando proclamada a República, ficou definida, através do art. 5º do Decreto nº 1, a responsabilização dos governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança pública e pela defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos.

3.1.2 A República

Mesmo com a independência do Brasil, em 1822, e posteriormente com o período republicano, que se inicia em 1889, os valores e as estruturas de poder herdados da Corte portuguesa estavam arraigados nas elites nacionais, e as classes governantes brasileiras passaram a concentrar todo o poder legítimo de controle da ordem e da segurança pública em território brasileiro.

O historiador Thomas Holloway, em seu livro sobre a Polícia no Rio de Janeiro (1997), destaca a importância de se considerar, além dos ex-escravos que continuaram a ser perseguidos, os pobres livres, isto é, os criados domésticos, as pessoas envolvidas na produção artesanal, no comércio varejista e no abastecimento, e em serviços como construção, transporte e acomodações públicas, além dos praças do sistema policial. Como nos mostra o autor, alguns desses praças descendiam em parte dos nativos que habitavam o Brasil quando da chegada dos europeus. Outros eram ex-escravos e outros, ainda, descendiam de escravos, com os quais continuavam a interagir de muitas maneiras.

O que todos eles tinham em comum aos olhos da elite eram os atributos negativos: não possuíam riqueza, nem status, nem poder. Quando qualquer dessas pessoas, escravo ou livre, quebrava as regras do comportamento público aceitável, podia esperar o confronto com as instituições de repressão que a elite criara para mantê-las dentro de determinados limites (HOLLOWAY, 1997, p.25).

3.1.3 O regime militar

Assim como a ordem da Coroa portuguesa tinha prevalecido no período examinado anteriormente, neste período foi a ordem militar que passou a prevalecer sobre a ordem civil, fazendo com que vários direitos civis fossem suspensos.

Como nos mostra Cruz (2013, p. 3),

na década de 60, o Brasil passou a ter novamente momentos de conflitos políticos e sociais, vivendo em um regime de restrição da liberdade. Tal período foi caracterizado pela falta de democracia, censura e perseguição política aos que eram contra a ditadura militar.

O controle sobre o efetivo das Polícias Militares e a centralização da segurança nas Forças Armadas tinha como particularidade a repressão como meio de preservar a ordem e os objetivos nacionais, restringindo os governadores a organizarem as corporações estaduais. Esse fato fica consolidado na Constituição da República de 1967.

Nesse período, as Polícias Militares passaram a ser comandadas por oficiais do Exército e se caracterizaram por uma polícia repressora que priorizava o que os militares diziam ser a segurança nacional, sem que houvesse a participação livre da população nas decisões. Segundo obra da mesma autora (2013, p.3), “típica do regime ditador, a ideologia militarista baseia-se no combate e na eliminação de um inimigo que perturbe a ordem pública.

Isso explica o comportamento da polícia, acarretando para a sociedade uma concepção de guerra.”

3.1.4 O Estado Democrático de Direito e a Constituição de 1988

Em 1988, depois de mais de 20 anos de regime ditatorial militar, o Brasil elabora a sua Constituição Federal – lei fundamental e suprema do país – considerada o marco de todo o processo de redemocratização brasileira.

A Constituição de 1988 devolve à sociedade civil o controle político do país e os direitos individuais são restabelecidos. Com isso, o Brasil abandona o regime ditatorial militar e constitui-se como um Estado Democrático de Direito, rumo à redemocratização do país.

De acordo com o Art 144. da nova lei (BRASIL, 1988):

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I – polícia federal;
II – polícia rodoviária federal;
III – polícia ferroviária federal;
IV – polícias civis;
V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Cruz (2013, p. 4) nos revela que “o texto destaca uma autonomia para os estados em conduzir a política de segurança gerando uma descentralização. O resguardo à ordem pública e a prevenção da violência se tornaram atribuições das instituições policiais.”

Ao se analisar o corpus deste trabalho, não se pode perder de vista, portanto, o histórico em que se deu a segurança pública no Brasil. Muitos avanços já foram alcançados no sentido de consolidar a democracia na sociedade brasileira, porém há muitos obstáculos a serem superados. Thomas Holloway (1997, p. 24) nos lembra que “apesar das importantes mudanças ocorridas desde a abolição da escravatura em 1888, o Brasil carrega ainda o legado de instituições, atitudes e relações sociais arraigadas ao longo dos 350 anos em que foi uma sociedade de escravos e senhores.”

3.2 Manifestações: a manipulação da mídia

Uma vez compreendido o processo histórico pelo qual as instituições de segurança pública foram moldadas, proponho, neste subcapítulo, analisarmos, de modo prático, como a imprensa, pertencente a uma classe elitizada e de poder, ratifica modelos já desenvolvidos pela força de segurança ao longo da história, de acordo com os seus interesses enquanto fonte de manipulação e poder. Para isso, utilizarei parte do *corpus* referente às manifestações populares de 2013.

Os protestos que movimentaram o Brasil em junho de 2013 entraram para a história do país. Eles se iniciaram no dia 6 do mesmo mês, convocados pelos jovens do Movimento Passe Livre (MPL), via rede social, e contaram, nesta data, com aproximadamente 2 mil pessoas, em uma pequena passeata na cidade de São Paulo. Depois, foram se estendendo para outras cidades brasileiras – capitais, grandes e médias – e atingiram dezenas e centenas de milhares de pessoas.

Constatou-se nos atos a presença marcante da juventude, que inicialmente possuía como principal reivindicação o aumento das tarifas no transporte público. Com o avanço dos protestos, cartazes escritos à mão revelavam que a insatisfação da população não se limitava aos serviços públicos de transporte; muitas foram as insatisfações manifestadas nos atos. Carlos Vainer explicita alguns fatores que contribuíram para o início dos chamados megaprotestos:

Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa da Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016 (VAINER, 2013, p. 37).

A primeira manifestação realizada pelo MPL foi recebida pelos governantes e pela imprensa de forma negativa, sendo os manifestantes denominados vândalos e baderneiros. O protesto do dia 13 de junho, em São Paulo, marcado por forte repressão policial por parte da tropa de choque de São Paulo, representou um momento “divisor de águas”. Após a intensa campanha midiática de combate aos “vândalos”, a Polícia Militar resolveu reprimir duramente os manifestantes com tiros de bala de borracha, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral. Muitos foram os manifestantes feridos e detidos durante a ação da PM, além de jornalistas que faziam a cobertura do confronto. Este fato foi importante para se compreender a mudança de sentido nas representações da mídia acerca das manifestações. O fato de jornalistas terem sido vítimas de violência policial contribui para um reposicionamento da

mídia diante dos fatos, seja com relação às manifestações, seja com relação ao tema da violência policial. A partir de então, a imprensa passou a apoiar o movimento e a criticar a ação violenta da polícia.

Para ilustrar essa mudança de discurso da mídia, exponho manchetes e chamadas de duas capas do jornal *Folha de São Paulo*: uma do dia 12 de junho, acerca das manifestações do dia 11, e outra do dia 14, sobre os protestos do dia anterior, marcado pela forte repressão policial. Vale observar a mudança de posicionamento da mídia acerca dos sujeitos sociais *manifestantes e polícia*.

Folha de São Paulo, 12 de junho de 2013



Militantes interditam a avenida Paulista em manifestação contra o aumento das tarifas do transporte em São Paulo; foi o terceiro confronto com a polícia em menos de uma semana.

Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista

No 3º e mais violento protesto, ativistas enfrentam PM e atacam ônibus e estações do metrô; 20 são detidos



No alto, policiais disparam balas de efeito moral; acima, ativistas incendeiam ônibus.

DEPOIMENTO

Sangrando, PM
aponta sua arma,
mas não dispara

GIBA BERGAMIM JR.
DE SÃO PAULO

A imagem principal da capa retrata a cena de manifestantes em um cenário incompatível a um movimento pacífico. Fogo, escudos de proteção e máscaras revelam que os participantes do protesto estavam prontos para confrontar. A terceira foto reforça o vandalismo ao retratar ônibus sendo incendiados pelos ativistas.

A manchete enfatiza que, no mais violento protesto (ou seja, o movimento reivindicatório é violento, e não os confrontos), os atos indesejados partiram dos manifestantes: “... ativistas enfrentam PM e atacam ônibus e estações do metrô”; “... manifestantes vandalizam centro e Paulista”. Neste exemplo, o verbo *vandalizar*, além de expressar uma ação reprovável por carregar uma noção de forte violência, ainda empresta sua força semântica para caracterizar os manifestantes, reforçando o discurso da imprensa contra eles.

Na seção *Depoimento*, o jornal convida o leitor a compartilhar a experiência vivida por Giba Jr. Esse tipo de matéria funciona como um testemunho da realidade, uma vez que expõe não o fato narrado por informações colhidas pelos jornalistas, mas o relato de alguém que presenciou e vivenciou o momento. Garcia (2000, p. 383), ao tratar da consistência dos argumentos, revela que

o testemunho é ou pode ser o fato trazido à colação por intermédio de terceiros. Se autorizado ou fidedigno, seu valor de prova é inegável. Entretanto, sua eficácia é também relativa. (...) o mesmo fato presenciado por várias pessoas pode assumir proporções e versões as mais diversas.

O emprego da oração adverbial concessiva reduzida de gerúndio – *sangrando* – salienta que o PM tinha “a faca e o queijo na mão” e motivos para atirar, mas não o fez. Essa oração poderia ser retirada da chamada, sem causar prejuízo ao sentido, porém, ela reforça o discurso que se coloca a favor da conduta policial.

Vamos agora analisar as chamadas e manchetes trazidas pelo mesmo jornal no dia 14 de julho.

Folha de São Paulo, 14 de junho de 2013

No dia 14 de junho, após os episódios de agressão policial contra jornalistas, a capa da *Folha de São Paulo* traz as seguintes chamadas referentes às manifestações:

Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos



Policial agride casal que tomava cerveja em bar na avenida Paulista, próximo ao MASP, ontem à noite, e recebeu ordem para que deixasse o local.



A repórter Giuliana Vallone, ferida no olho por tiro da PM

Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque

ELIO GASPARI
COLUNISTA DA FOLHA

**Jornalistas da Folha
levam tiros da PM;
sete são atingidos**

De imediato, vê-se que a imagem central publicada não retrata mais cenas de ônibus ou patrimônios depredados, mas um policial agredindo duas pessoas que, segundo o próprio jornal, não estavam na manifestação, mas sentadas na calçada de um bar.

A manchete da capa do jornal *Folha de São Paulo* traz o enunciado “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”. Observa-se que a forma verbal *reage* vem acompanhada de uma locução adverbial de modo semanticamente negativa, seguida do objeto indireto “a protesto”, o qual apresenta relevância determinante para a análise, já que demonstra uma polícia agindo não em defesa própria, como se revidasse algum tipo de

agressão, e sim no intuito de combater um protesto que, na concepção que socialmente se tem de um país democrático, se faz possível.

A segunda oração *e SP vive noite de caos*, apesar de sintaticamente ser classificada como coordenada aditiva, estabelece com a anterior uma forte relação de causa-consequência, mostrando ao leitor que a noite de caos vivida por São Paulo é decorrente da ação violenta da polícia. Charaudeau (2012, p. 211) explica:

É necessário, entretanto, observar que a relação argumentativa de causalidade nunca é puramente formal. Ela depende, com efeito, tanto do conteúdo semântico das asserções – e, portanto, das relações de sentido que se estabelecem entre elas – quanto dos tipos de vínculos (ou condições lógicas) que caracterizam a relação A1-A2 (...)

A escolha pelo item lexical *caos* também não é aleatória. Sua substituição pelo sinônimo “confusão”, por exemplo, não causaria o mesmo efeito e nem geraria o mesmo peso argumentativo pretendido ao se escolher a primeira opção. Daí se afirmar que a notícia impõe a reconstrução dramática do fato, tratando-o quase que como um espetáculo.

A escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo. Apenas depois da supressão deliberada ou inconsciente da intenção argumentativa é que se pode admitir a existência de sinônimos, de termos que seriam suscetíveis de serem utilizados indiferentemente um pelo outro. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 168)

Ainda nessa oração, percebe-se a utilização do recurso da personificação metonímica, em que o signo *SP*, além de ter sido usado no lugar de suas partes, ou seja, de seus habitantes, foi personificado, o que significa dizer que São Paulo assume uma ação humana. Concorrendo ainda mais para o caráter enfático da informação, a sigla *SP*, que representa o Estado de São Paulo, supervaloriza a dimensão do caos, uma vez que a manifestação ocorreu no centro da cidade de mesmo nome. Assim, o indiscutivelmente negativo processo verbal (*vive noite de caos*) é acoplado ao sujeito que representa todo o povo.

Essa manchete veio acrescida, não ingenuamente, de uma imagem que retrata uma ação violenta de um PM, seguida da legenda: *Policial agride casal que tomava cerveja em bar na avenida Paulista, próximo ao MASP, ontem à noite, e recebeu ordem para que deixasse o local*. As imagens fotográficas que ora acompanham as matérias jornalísticas corroboram o caráter argumentativo do texto verbal, reforçando a realidade que ele deseja apresentar ao público-leitor. Nesse caso, Santaella e Nöth (2008 p. 127-128) defendem que

...as noções de imagem fotográfica e realidade são inseparáveis e complementares. Do mesmo modo que as fotografias alteram nossa apreensão da realidade, essa apreensão alterada cria novos modos de produzir e interpretar as próprias fotos. (...) Fotografias, assim como quaisquer outros tipos de signos imagéticos ou não, agregam-se à realidade, aumentando sua complexidade e tornando-a mais densa.

A legenda também contribui para um caráter argumentativo daquilo que parece ser apenas a descrição de um texto não verbal. Folha (2010, p. 78) assim descreve:

A legenda não é colocada sob a foto apenas para descrevê-la, embora não possa deixar de cumprir essa função. (...) A legenda fotográfica deve atender à curiosidade do leitor, que deseja saber o que ou quem aparece na foto, o que está fazendo, onde está.

O jornal, ao fazer as escolhas linguísticas, vai um pouco além de atender apenas a uma curiosidade do leitor. No caso em tela, quem aparece como agente da ação de agredir, verbo pertencente a um universo semântico de violência, é o policial, e o alvo dessa ação é um casal, que, segundo a legenda, não tinha relação com o protesto, donde se nota que a opção pela oração adjetiva não foi gratuita. É possível depreender daí uma intenção discursiva no sentido de mostrar ao leitor que essa agressão não teve indícios de motivação, ratificando o descontrole da polícia.

Ainda nessa capa, as chamadas confirmam a imagem negativa associada às ações da Polícia Militar, como se pode confirmar em *Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque e Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete são atingidos*.

Embora o título *Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque* faça parte de um tipo de texto não previsto para este trabalho, chama a atenção desta análise o que nele se revela quanto ao protagonismo caótico de quem deveria zelar pela segurança pública. Trata-se de um jornalismo opinativo em que fica clara, propositadamente, uma forte orientação argumentativa, que vai muito além de simples relatos de fatos.

Jornalistas da Folha levam tiros da PM é uma oração que se encontra na voz ativa, a qual, pela definição gramatical, é aquela em que o sujeito pratica a ação verbal, ou seja, é o agente. No entanto, não é isso que se percebe na chamada em questão, quando o sujeito é um experienciador do verbo levar e não um agente da ação verbal.

Azeredo (2008) denomina hierarquia informacional interna o fator que consiste na relevância informacional atribuída a cada parte do enunciado, de acordo com a organização sintática dos termos e dos significados das palavras. Dessa forma, no enunciado da capa, o termo *Jornalistas da Folha* assume uma posição de destaque, desempenhando o papel de sujeito, mesmo que experienciador dos tiros, o qual ocupa a primeira posição na hierarquia da informação. Essa construção realça que o experienciador dos tiros foram, nada mais nada menos, jornalistas do próprio veículo “que vos fala”. Atenta-se, assim, para o uso da metalinguagem com um caráter implícito de indignação, além de fazer real aquilo que está sendo relatado. A PM, apesar de, sintaticamente, não assumir papel de sujeito,

semanticamente é quem atira. Como reforço da imagem de violência policial, os tiros não são identificados, e o leitor só toma conhecimento de que os mesmos eram de balas de borracha ao iniciar a leitura da notícia. A simples organização dos elementos materiais do discurso é determinante dos efeitos de sentido por ele gerados.

Por outro lado, se a opção fosse pelo enunciado “PM atira (ou dá tiros) em jornalistas da Folha”, no qual o termo PM assume a classificação sintática de sujeito (agente), a chamada estaria assumindo uma posição tendenciosa e, sobretudo, arriscada, pois evidenciaria que o alvo da polícia eram os jornalistas e, sem a identificação do tiro, levar-se-ia à inferência de que o objetivo era matar. Nesse sentido, faz-se necessário, principalmente para o leitor, conhecer a conjuntura social externa ao discurso, determinante para o momento em que esse mesmo discurso se dá. A esse respeito, escreve a Folha (2010, p. 34) que “ao ler os textos, o editor avalia a relação do material jornalístico produzido com a realidade reportada e seu efetivo potencial polêmico ou crítico.”

Novamente, uma foto de impacto acompanha a chamada. Trata-se de uma jornalista com o rosto sangrando porque foi *ferida no olho por um tiro da PM*. Mais uma vez o tiro que acertou a moça não foi caracterizado.

A ênfase das matérias veiculadas neste dia, seja pela descrição dos fatos, seja pelas imagens veiculadas, não está mais no patrimônio depredado, mas na violência policial contra manifestantes, não manifestantes, jornalistas ou quaisquer pessoas. Essa mudança de foco evidencia um deslocamento de sentido do discurso na veiculação do tema da violência. Esta, agora, parece partir da polícia e só então respondida com pedras pelos manifestantes, ao contrário do que vinha sendo veiculado até então.

Chamo atenção para o conceito de representação social e recorro, então, às explicações de Charaudeau e Maingueneau (2012, p. 431 e 432):

A noção de **representação social** nasceu na sociologia sob a denominação de “representação coletiva” (Durkheim, 1898). Sob denominações diversas, ela trata da questão da relação entre a *significação*, a *realidade* e sua *imagem*. (...) as representações sociais “recobrem o conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões que são *produzidas* e *partilhadas* pelos indivíduos de um mesmo grupo, a respeito de um dado objeto social” (Guimelli, 1999, p. 63).

As representações sociais, então, são reproduções de pensamentos e crenças socialmente construídos e partilhados com o propósito de conceder significação a um ente, a um fato ou acontecimento nas situações de relação entre o sujeito e o mundo e de criar uma realidade comum a um grupo social. Se os discursos constroem e reconstroem realidades, as representações configuradas por eles são plásticas e “constroem uma organização do real por

meio das próprias imagens mentais veiculadas por um discurso” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 433).

A mídia constitui-se como um dos principais produtores e divulgadores de representações sociais e, em se tratando de segurança pública, espera-se, atualmente, que a instituição policial seja representada de acordo com os seguintes requisitos:

Missão:

Planejar e gerir a política de segurança pública.

Visão:

Ser referência no planejamento e gestão da política de segurança pública contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Princípios e Valores:

Preservação da vida e dignidade humana;

Foco no cidadão;

Valorização do profissional de segurança;

Profissionalização e transparência da gestão;

Atuação qualificada e integrada das polícias;

Redução contínua da violência e criminalidade;

Compromisso com a ética, legalidade e moralidade.

Disponível em: < <http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=1623160>>. Acesso em: 3 dez. 2013. Adaptado.

Destaco o penúltimo item *Redução contínua da violência e criminalidade*. A violência é um fantasma presente frequentemente na vida dos cidadãos, colocando-a em risco. Para alguns, a violência gera o caos, e cabe à segurança pública eliminá-la; para outros, é reconhecida como resultado do próprio modelo de segurança, particularmente das ações das polícias que acabam por reproduzir aquilo que deveriam combater. Por outro lado, ora os policiais são apontados como portadores de condutas violentas e transgressoras, ora são cobrados a agir de forma mais eficaz, inclusive fazendo uso da violência.

A mídia constrói uma realidade social de guerra ou de paz por meio de seus discursos e, independente de as informações serem verdadeiras ou não, **sua repetição** faz com que elas passem a fazer parte do imaginário popular e sejam aceitas como verdade, moldando pensamentos e comportamentos sociais.

A título de exemplificação, no dia 6 de novembro de 2013, foram veiculadas notícias a respeito da desconfiança dos brasileiros em relação à polícia. Os dados foram produzidos a partir de uma pesquisa feita pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, com 3.300 brasileiros divididos em oito estados, a qual compara os índices de (des)confiança apontados no primeiro semestre de 2012 com aqueles indicados no mesmo período de 2013. Seguem algumas manchetes e trechos relevantes para ilustrar aspectos pertinentes a este trabalho.

Folha de São Paulo: “70% dos brasileiros não confiam na polícia.”

Metro: “Apenas 30% dizem confiar na polícia.”

O Globo: “Cresce a desconfiança na polícia no Brasil. Só 30% dos brasileiros afirmam acreditar em instituições policiais.”

Trechos:

1. “A população está confiando menos na polícia...”;
2. “...alguns fatores que contribuem para a desconfiança nas polícias são a baixa taxa de resolução dos crimes, a burocracia no atendimento ao cidadão e a imagem de violência que está associada às polícias, principalmente à Polícia Militar. ‘Vale lembrar que os constantes confrontos entre PMs e manifestantes que aconteceram neste ano terminaram por reforçar ainda mais a imagem de uma polícia truculenta’, afirma Alcadipani, no Anuário.”
3. “Segundo o secretário-geral do Fórum, Renato Sérgio de Lima, o levantamento conseguiu captar a insatisfação da população em relação à atuação das polícias nos protestos populares de junho e isso foi mais um fator para influenciar o índice de desconfiança.”
4. “ – O modelo de segurança pública é extremamente ineficiente. A polícia vê a população como inimiga e não como parceira para combater o crime. Há um estranhamento forte entre polícia e estado. A polícia não soube e não sabe responder às manifestações, porque foi pega de surpresa. Só agora a polícia está discutindo como agir nos protestos. E foi pega de surpresa porque a estrutura dela é anacrônica – disse Lima.”

Verifica-se, então, como a instituição Polícia Militar vem sendo representada socialmente por meio da mídia, e é essa representação que será levada ao universo leitor como estratégia de aproximá-lo ideologicamente do veículo. É necessário, portanto, que o jornal tenha conhecimento o mais profundo possível dos valores, das crenças e das verdades de seu auditório.

4 ANÁLISE DO CORPUS

Baseando-me na afirmação de Ramalho; Resende (2006, p. 18) de que “o conhecimento da gramática é indispensável para que o (a) analista do discurso compreenda como estruturas linguísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas”, dedico-me, neste capítulo, a explorar algumas marcas linguístico-gramaticais em uma perspectiva semântico-discursiva, partindo da premissa de que as escolhas lexicais e sintáticas não são gratuitas ou aleatórias; por trás delas, há uma intencionalidade discursiva que não só ditará a orientação argumentativa desejada (mesmo que velada) pelo locutor da mensagem, no caso, o jornalista, mas, sobretudo, criará realidades sociais que serão aceitas e incorporadas.

Ao discutir a linguagem como parte constituinte de nossas identidades e como essas, por sua vez, estão sujeitas diariamente a transformações devido às formações discursivas, Eggins (1994) comenta as implicações sociais do léxico. Ela nos leva a refletir sobre construção do mundo em decorrência de nossas opções na língua (note-se que é válido também o caminho inverso: o léxico é construído em decorrência de uma visão de mundo). Assim sendo, uma realidade se constrói à medida que se fazem opções dentro da língua e à medida que essas opções influenciam, determinam ou legitimam comportamentos na sociedade. De um modo simplificado, podemos dizer que a realidade é um reflexo das escolhas que fazemos quando produzimos linguagem, ou ainda, que aquilo a que chamamos de realidade se constrói pela linguagem. (PEREIRA; ALMEIDA, 2002, p. 245)

Verbos, advérbios/locuções adverbiais, adjetivos/locuções adjetivas, em construções sintáticas ativas e passivas, serão os itens gramaticais e sintáticos mais explorados como estratégias discursivas relevantes para se comprovar, no discurso da imprensa “informativa”, a (des)construção da imagem da Polícia Militar nas manifestações de 2013. A polifonia também será bem explorada como recurso estratégico. Outros elementos gramático-discursivos, mesmo que menos recorrentes no *corpus*, poderão ser analisados, desde que se constate que são ferramentas importantes de análise para se chegar ao objetivo pretendido. Lembro que a análise semiolinguística do discurso inclui os níveis *situacional*, *discursivo* e *semiolinguístico* (seção 2.1), todos imprescindíveis para que se entenda o propósito dos discursos presentes nas notícias veiculadas no referido período histórico.

Muitas foram as manifestações populares ocorridas em meados de 2013 e, conseqüentemente, as notícias relacionadas a elas, porém o *corpus* selecionado para análise limita-se a 15 matérias dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, veiculadas nos dias 14 e 21 de junho, referentes às manifestações ocorridas nos dias anteriores a essas datas em duas importantes cidades brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro. A escolha dos veículos está

relacionada ao semelhante prestígio nacional que carregam e ao perfil similar de seus leitores. A seleção do *corpus* se deve à grande repercussão que esses eventos tiveram na mídia, principalmente pela ação da força policial.

A análise de textos com um mesmo tema pertencentes a veículos diferentes nos faz perceber que há sempre mais de uma maneira de abordar o mesmo assunto, e cada jornal escolhe a forma como deseja impactar seu leitor e que cenário pretende mostrar como realidade. A mídia (no caso, impressa) não (re) produz realidades homogêneas, e a instituição Polícia Militar – objeto de análise desta pesquisa – tem sua significação imposta por meio dos discursos que se apresentam ao público-leitor.

Sendo assim, fica notável, pela análise da materialidade textual e pelas relações que o texto estabelece com a realidade externa a ele, o discurso mais hostil e com ar de revolta da *Folha de São Paulo* se comparado ao jornal *O Globo*, em referência à ação da Polícia Militar nas manifestações. Isso se mostra mais acentuado quando a cobertura dos fatos envolve a cidade de origem dos veículos. Seis foram as notícias mais representativas trazidas pela *Folha*, contra duas do *O Globo*, em referência à manifestação ocorrida em São Paulo, ao passo que o jornal fluminense trouxe cinco notícias sobre os protestos no Rio de Janeiro contra duas do jornal paulista.

Como metodologia e a fim de facilitar o exposto na análise, organizei as notícias por data e veículo³ e escolhi uma delas (notícia 1) para ser o que denominei “notícia âncora”, ou seja, por sua riqueza em recursos linguístico-discursivos relevantes para a construção argumentativa do discurso, esta notícia servirá de base para que eu trace um diálogo entre as marcas que nela aparecem e que se repetem em outras matérias. O número de vezes em que as marcas se apresentam no material em análise também foi um fator para escolhê-las.

Apesar de não ser o foco deste trabalho a análise de imagens, as fotografias reforçam e tornam irrefutável o discurso a que se pretende o texto verbal e, pelos fundamentos da análise semiolinguística do discurso, elas não podem ser descartadas. Na seção 3.2, ao analisar a mudança do discurso da imprensa, utilizei os autores Santaella e Nöth para reforçar a relação entre imagem e realidade e recorro novamente a eles para expor que “a imagem fotográfica é como um predicado que faz uma afirmação sobre o objeto representado, o qual atua, por conseguinte, quase como seu argumento” (2008, p. 110). A imagem fotográfica funciona, pois, como a apreensão de um instante do real do qual não há contestação.

³ Todas as matérias analisadas estão disponíveis na íntegra no Anexo e foram numeradas de 1 a 15.

Dessa forma, inicio a análise por quatro imagens semelhantes veiculadas nos dois jornais:

(Notícia 1: Folha, 14/06)



(Notícia 7: O Globo, 14/06)



São Paulo. Tropa de choque usou balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio contra os manifestantes: jornalistas estão entre os presos e feridos.

(Notícia 8: O Globo, 14/06)



Batalha campal: Policial aponta espingarda contra manifestantes no Centro de São Paulo. Tropa de choque aumentou violência e protesto teve maior número de feridos, inclusive jornalistas. Ao menos 137 pessoas foram detidas.

(Notícia 9: Folha, 21/06)



Apesar de começar pacífico, protesto
teve confronto com a polícia

As imagens – seguidas de suas legendas – trazem à cena policiais mirando manifestantes ajoelhados ou no chão. O conjunto de elementos materiais dos textos verbal e

não verbal indica para um ato de covardia dos militares e complementa de forma decisiva a condução argumentativa da notícia.

A foto dos jovens ajoelhados ou com as mãos para cima frente à arma policial ajuda a criar, na mente dos leitores, a imagem de que a autoridade, representada pelos policiais portando uma arma, seria a própria reprodução da ditadura, da falta do diálogo, do abuso do poder, enquanto que o manifestante revela a juventude revolucionária, que, no contexto das manifestações, reivindica causas justas e pertinentes.

O veículo de comunicação leva a seu público mais “provas”, por meio de outras imagens seguidas de suas legendas que ratificam a criação, no imaginário social, de uma polícia violenta e repressora, como se pode comprovar a seguir.

(Chamada para a notícia 3: Folha de São Paulo, 14/06 – imagem já utilizada na seção 3.2)



Policial agride casal que tomava cerveja em bar na avenida Paulista, próximo ao MASP, ontem à noite, e recebeu ordem para que deixasse o local.

(Notícia 4: Folha de São Paulo, 14/06)



Policia Militar dispara spray de pimenta contra cinegrafista durante confronto em rua na região central de São Paulo.

(Notícia 6: Folha de São Paulo, 14/06)



O policial Wandereli Vignoli aponta a arma para manifestante.

(Notícia 7: O Globo, 14/06)



***Rio de Janeiro.** Tropa de choque carrega manifestante preso, no final do ato na Candelária que começou pacificamente, mas terminou em violência.*

(Notícia 8: O Globo, 14/06)



***Vítima.** Repórter Giuliana, do jornal Folha de S.Paulo, atingida no olho por uma bala de borracha.*

Verifica-se, levando em consideração a tentativa de imparcialidade dos meios midiáticos, que

O recurso visual do jornalismo impresso moderno deve ser entendido como uma possibilidade complementar e suplementar à informação textual. Não serve apenas para “arejar a página” ou “valorizar a notícia” (...)

A edição também deve saber, diante de uma foto, o melhor corte a lhe ser dado, em decorrência da ênfase que importa à edição e do conjunto visual da página.

O equilíbrio entre texto e imagem e a valorização da informação visual dentro das concepções básicas de edição, as quais ensinam a priorizar o que mais desperta o interesse do leitor, são resultados naturais dessa dupla leitura (FOLHA, 2010, p. 32 e 33)

O texto verbal reafirma o duelo desleal de força antecipado pelas imagens, como pode ser observado em:

1. *A Folha presenciou um PM agredindo, com chutes, um manifestante imobilizado, no chão...* (Notícia 2: Folha, 14/06)
2. *Um casal de estudantes que tomava cerveja num bar da avenida Paulista recebeu de PMs a ordem para que saísse. “Me arrancaram da mesa, me jogaram no chão e deram porrada”, disse a universitária Gabriela Lacerda, 24, que estava com o namorado Raul Longhini, 20* (Notícia 3: Folha, 14/06).
3. *“Eles nos encurralaram e abriram fogo aleatoriamente. Os manifestantes chegaram a ajoelhar e colocar as mãos para cima, mesmo assim a PM atirou”* (Notícia 4: Folha, 14/06).
4. *Outro jornalista também chegou a ser detido: o fotógrafo Fernando Borges, do Portal Terra, passou 40 minutos com as mãos nas costas e de frente para uma parede, mas foi liberado* (Notícia 8: O Globo, 14/06).

Para seguir a análise, é importante lembrar a técnica editorial da *pirâmide invertida*, exposta na seção 1.1, que consiste na organização das informações em uma ordem hierárquica de relevância decrescente, de modo que os fatos mais importantes se apresentam no início da matéria (lide⁴), ficando os menos necessários para o final.

Vale destacar que a escolha das informações, assim como a escolha das imagens, obedece à construção do discurso que, por sua vez, cria realidades que serão apreendidas como verdades sociais.

A fim de elucidar a hierarquia das informações, destaco a importância do título e do primeiro parágrafo das notícias, partes determinantes para a (re)construção de realidades já oriundas dos sistemas de crenças do leitor, os quais vão ao encontro do que o discurso midiático anseia e espera. O Manual de Redação da Folha expõe a relevância de tais

⁴ Lide ou *lead* é a abertura da notícia e “por significar ‘guia’, expressa exatamente a função das primeiras linhas do texto de jornal: guiar o leitor, atraí-lo, num processo bem próximo da sedução” (O GLOBO, 1992, p. 23).

componentes das matérias jornalísticas: “Os títulos devem ser, ao mesmo tempo, capazes de tornar claro, em poucas palavras e em ordem lógica, o objeto da notícia, e de atrair o leitor, incitando seu interesse” (FOLHA, 2010, p. 36).

O lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. (...) O texto do lide dependerá, sobretudo, da argúcia do jornalista para descobrir, no conjunto de sua apuração, aquilo que é o ponto mais forte, atual e de mais amplo interesse em relação à realidade que está vivendo. (FOLHA, 2010, p. 28 e 29)

Percebe-se, mesmo com uma leitura rápida das reportagens presentes no Anexo, um discurso que traz como tônica a violência policial. É importante destacar que, na maioria das matérias, não há mais referência a vândalos ou baderneiros, o que poderia justificar uma atitude mais imperiosa dos militares; aqueles que participam dos protestos são tratados como manifestantes.

Como já exposto, por considerar a notícia 1 (Folha, 14/06) rica em elementos textuais com vistas à argumentação, utilizá-la-ei como “âncora” para analisar algumas formações linguístico-discursivas – também presentes nas demais matérias – que compõem a materialidade dos textos relacionados à Polícia Militar e que são protagonistas de um discurso que se deseja revelar ao público-leitor.

Notícia 1: Folha, 14/06

Novo protesto tem reação violenta da PM

O quarto dia de protestos contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo foi marcado pela repressão violenta da Polícia Militar, que deixou feridos manifestantes, jornalistas – sete deles da Folha – e pessoas que não tinham qualquer relação com os atos.

O confronto teve início quando manifestantes tentaram subir a rua da Consolação, em direção à avenida Paulista, onde havia um bloqueio policial. Sem ter sido agredida, a Tropa de Choque cercou os manifestantes e disparou bombas de efeito moral e balas de borracha. Assustados, motoristas abandonaram os carros.

Depois, manifestantes repetiram as cenas de depredação dos protestos anteriores, danificando ônibus e uma agência bancária na avenida Angélica. Ao todo, 192 manifestantes foram detidos. Segundo o Movimento Passe Livre, cem pessoas ficaram feridas.

O prefeito Fernando Haddad (PT) disse que o ato de ontem foi marcado pela violência policial. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que a PM não vai tolerar “depredação, violência e obstrução de vias públicas”. O secretário da Segurança, Fernando

Grella, afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas ordenou que a Corregedoria apure relatos de abuso.

O item lexical *repressão*, dotado de forte carga semântica vinculada aos tempos da ditadura, coloca-se, no contexto social brasileiro, sobretudo se considerando o perfil de leitores dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, como valor contrastivo de “democracia”. De forma a intensificar as ações repudiáveis da polícia, opta-se por conjugar a esse item lexical (e seus derivados e/ou sinônimos) outros que carregam valores negativos, como a violência.

5. ... *policiais militares agiram com violência para reprimir a quarta manifestação...* (Notícia 2: Folha, 14/06).
6. *Na quarta manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, a repressão cresceu e a violência tomou conta da cidade* (Notícia 7: O Globo, 14/06).
7. *Em nota, a Anistia Internacional condenou o aumento da repressão* (Notícia 7: O Globo, 14/06).
8. *Na esquina das ruas da Consolação e Maria Antônia – famoso palco de repressão nos anos da ditadura militar –, enquanto organizadores do MPL negociavam com a PM a continuidade da passeata, policiais da Força Tática entraram no meio dos manifestantes atirando bombas de gás lacrimogênio* (Notícia 8: O Globo, 14/06).

Os exemplos 9 e 10, a seguir, acumulam dois fatores favoráveis à argumentação a que se pretendem os discursos do jornal: a referência ao mesmo período da história brasileira se soma aos depoimentos *ipsis litteris* de espectadoras (e não participantes diretas) dos atos.

9. *“Parecia que estávamos na ditadura militar”, disse a arquiteta Isabelly Frederico, 36, que assistiu ao início da confusão de cima de um prédio* (Notícia 2: Folha, 14/06).
10. *“(...) Que repressão e ditadura! Democracia... que piada!(...)”* (Notícia 12: O Globo, 21/06)

Mesmo o título da notícia âncora trazendo a reação violenta da PM como foco, a construção sintática passiva do primeiro período da notícia retira o foco do caráter reivindicatório da manifestação, colocando-o na *repressão violenta da Polícia Militar*, que assume a função de agente da passiva, o que, na hierarquia informacional interna (AZEREDO, 2008), tem um peso menor do que o do sujeito, mesmo que paciente.

A organização sintática do enunciado, associada aos significados léxicos das palavras, reflete, desse modo, a relevância informacional atribuída a cada uma de suas partes.

Quando as comparamos descontextualizadas, as construções ativa e passiva podem ser tomadas como formas diversas para o mesmo conteúdo objetivo, mas a escolha de uma delas normalmente tem motivações discursivas ou pragmáticas que precisam ser observadas. (AZEREDO, 2008, p. 272 e 274)

Essa estratégia pode amenizar o impacto já causado pelo título, pois, do contrário, a reescritura poderia ser feita da seguinte forma: *Repressão violenta da Polícia Militar, que deixou feridos manifestantes, jornalistas – sete deles da Folha – e pessoas que não tinham qualquer relação com os atos, marcou o quarto dia de protestos contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo*, de modo que a *repressão violenta* se tornaria o sujeito da oração, “posição que marca um lugar proeminente na hierarquia informacional” (AZEREDO, 2008, p. 271).

Outras construções passivas são encontradas, dessa vez com o sujeito paciente – assunto da oração – marcado pelas figuras de jornalistas, o que concorre para a polarização entre esses profissionais e a polícia, além de intensificar o potencial argumentativo das notícias.

11. *Jornalistas são feridos por disparos de policiaes militares* (Notícia 4: Folha, 14/06).
12. *Sete repórteres da Folha foram feridos, dois deles por balas de borracha* (Notícia 4: Folha, 14/06).
13. *Braga foi atingido por dois disparos de bala de borracha* (Notícia 4: Folha, 14/06).

Mesmo o agente da passiva não sendo exposto diretamente pela figura dos policiais, o contexto não deixa dúvidas de que balas de borracha são disparadas pelos militares.

Mais adiante abordarei a relevância da escolha do participio na voz passiva para a condução argumentativa do discurso.

Na sequência da notícia, observa-se a presença do verbo causativo *deixar*, dando ênfase sobre o efeito negativo derivado das atitudes da força policial, o que argumentativamente tende a ser mais interessante do que se a opção fosse diretamente pelo verbo *ferir*. Esse tipo de estratégia se manifesta também em outras notícias.

14. *Bombas e balas de borracha **deixam** centro em pânico* (Notícia 2: Folha, 14/06).
15. *A PM promoveu um cerco ao centro e à avenida Paulista, agravando os confrontos e **deixando** em pânico pedestres e motoristas que, no meio da confusão, chegaram a abandonar carros na rua* (Notícia 2: Folha, 14/06).
16. *A reação da PM aos ataques no centro **desencadeou** uma onda de pânico e denúncias de violência policial* (Notícia 14: O Globo, 21/06).

Neves (2011, p. 49), citando Chafe (1979), classifica os verbos de acordo com “a natureza dos papéis semânticos desempenhados pelos argumentos que contraem relação com

o predicado e que, na oração realizada, se apresentam como funções do verbo”. O verbo *deixar*, conforme utilizado nos exemplos citados, seria classificado como “ação-processo, se o A₁ (estruturalmente na função de sujeito) for agente/causativo e houver um A₂ afetado/efetuado (NEVES, 2011, p. 50).

A mesma autora, em obra distinta, define verbos causativos como aqueles que “indicam uma condição suficiente, e não uma condição necessária e suficiente ao mesmo tempo” (*id.*, 2000, p. 41).

O gerúndio também se manifesta marcando uma relação de causa/consequência:

17. *A polícia perseguiu manifestantes noite adentro, gerando pânico na cidade* (Notícia 1: O Globo, 21/06).

Destaco, como consequência dos atos violentos, a escolha pelo item lexical *pânico*, supervalorizando o sentimento de medo e fazendo o leitor remeter a algo aterrorizante, pavoroso, desesperador, que foge ao controle emocional.

Ainda utilizando a reportagem 1 como base, o efeito da violência é refletido nos sujeitos em uma ordem hierárquica crescente de indignação, a começar pelos manifestantes (participantes do ato, porém não vândalos), seguidos dos jornalistas (participantes indiretos da manifestação), inclusive alguns da *Folha*, o que confere veracidade ao fato relatado, terminando nas *peessoas que não tinham qualquer relação com os atos*. O pronome indefinido *qualquer* acentua o distanciamento entre essas pessoas e a manifestação e, numa consequência lógica, entre elas e a polícia.

Outras provas discursivas de “inocentes” sendo atingidos inconsequentemente pelas ações da força policial são evidenciadas nos exemplos a seguir:

18. *A PM promoveu um cerco ao centro e à avenida Paulista, agravando os confrontos e deixando em pânico pedestres e motoristas...* (Notícia 2: Folha, 14/06).
19. *Policiais da Tropa de Choque passaram a dar tiros de borracha para todos os lados...* (Notícia 2: Folha, 14/06).
20. *Bombas de gás chegaram a ser lançadas até dentro de um prédio da PUC...* (Notícia 2: Folha, 14/06).
21. *Pessoas arrancadas de bares por policiais com cassetetes. Bombas de gás lançadas contra quem deixava o trabalho na av. Paulista e até dentro de um carro. Pedestres atingidos por balas de borracha* (Notícia 3: Folha, 14/06).
22. *Perto dali, um PM mirou um grupo que incluía funcionários do shopping Center 3 e atirou bombas. Na Consolação, uma bomba da PM quebrou o vidro e parou dentro do carro de um idoso* (Notícia 3: Folha, 14/06).

Logo adiante, a oração concessiva *Sem ter sido agredida* marca que, pelo fato de a polícia não ter sido agredida, não deveria ter disparado contra os manifestantes, porém essa expectativa é frustrada, e a ação violenta da PM se consolida. “A conjunção/locução prepositiva concessiva esvazia a força causal ou argumentativa do fato que ela anuncia, de modo que o conteúdo da oração principal passa a representar o contrário do que se espera” (AZEREDO, 2008, p. 334).

A informação mais forte e relevante, segundo a gramática tradicional, é a de que a tropa de choque disparou as bombas e balas de borracha, porém, a concessiva carrega, principalmente no contexto analisado, uma carga argumentativa muito representativa, o que é reforçado, ainda, pela topicalização dessa oração. Sua omissão esvaziaria o sentido da oração principal. Essa mesma tendência argumentativa se presentifica em:

23. *Um vídeo postado na internet mostra PMs atirando contra jornalistas, mesmo após os profissionais se identificarem (folha.com/no1294895)* (Notícia 4: Folha, 14/06).

Esses exemplos se enquadram em um grupo de construções ligadas às orações concessivas classificado por Neves (2000, p. 866) como “factuais/reais: apesar da realização/da verdade da **oração concessiva**, segue-se, necessariamente, a realização/a verdade da **oração principal (não condicionada)**” (grifo da autora). Logo, para que a sentença seja considerada real ou verdadeira, tanto a oração concessiva quanto a principal devem ser verdadeiras.

Na continuidade dessa mesma representação social que se pretende fazer da Polícia Militar, a escolha lexical por *Tropa de Choque* em diversas matérias acentua o cenário de guerra decorrente do confronto promovido pelos policiais, representados como detentores de um poder bélico, os quais não só disparam balas de borracha e bombas de efeito moral, como deixam os manifestantes sem saída (daí o uso do verbo *cercar*), o que acentua a noção de hegemonia desse órgão estatal. E assim, por meio da linguagem, as realidades vão sendo construídas.

O início pelo qual se nota, em geral, a intenção argumentativa é o uso de um termo que se afasta da linguagem habitual. (...) Não existe escolha neutra – mas há uma escolha que parece neutra e é a partir dela que se podem estudar as modificações argumentativas. (...)

Para discernir o uso argumentativo de um termo, é importante, pois, conhecer as palavras ou as expressões de que o orador poderia ter-se servido e às quais preferiu a palavra utilizada (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 169 e 170).

Outras escolhas contribuem para a construção de um cenário de combate:

24. *A empresária Paula Sampaio, 40, assistiu de dentro de seu carro, durante quase uma hora, uma “cena de guerra”. Ela estava na rua Caio Prado quando **bombas começaram a cair em meio aos carros no trânsito** (Notícia 3: Folha, 14/06).*
25. *O quarto e mais violento dia de protestos contra o reajuste da tarifa do transporte público transformou, novamente, o Centro da capital paulista em um **campo de batalha** – desta vez marcado pela pesada ação da tropa de choque da PM contra o grupo que tomava as principais avenidas da cidade (Notícia 8: O Globo, 14/06).*
26. *No Rio, centro vira **campo de batalha** (Notícia 9: Folha, 21/06).*
27. *(...) manifestantes e policiais entraram em confronto ontem à noite por toda a extensão do centro da cidade, que se transformou num **campo de batalha** (Notícia 9: Folha, 21/06).*
28. *“O Bope, a cavalaria e o Batalhão de Choque estão aí para **massacrar**” (Notícia 12: O Globo, 21/06).*
29. *Centenas de jovens, muitos chorando, correram para se **refugiar** nos fundos de um posto de gasolina – também alvo de bombas da PM (Notícia 2: Folha, 21/06).*

Vale lembrar que não se trata aqui de criar um juízo de valor acerca dos papéis destinados aos sujeitos sociais retratados nas notícias, e nem de lançar dúvidas sobre o que é relatado, mas de fazer ver que a seleção e a organização dos elementos materiais do discurso ajudam a construir as representações e realidades sociais que serão internalizadas pelo público, seja por meio da aparente objetividade do relato, seja por inferências processadas inconscientemente pelo leitor.

4.1 A polifonia e os verbos *dicendi*

O recurso da polifonia marca o encerramento da notícia âncora, e as vozes de autoridades ficam materializadas no discurso como favoráveis a uma percepção negativa da Polícia Militar. Por meio da polifonia, é possível compreender a realidade vista e reproduzida pelo outro.

Deve-se levar em consideração o cenário de descrédito existente entre população (e aí se incluem os leitores e os jornalistas) e governantes para se entender a razão de os relatos

estarem posicionados no final da matéria, local de menor relevância segundo a técnica da pirâmide invertida.

O espaço oferecido dentro da notícia para o esclarecimento das autoridades é uma ferramenta de proteção do jornal, que se isenta da responsabilidade sobre o fato trazido pelos governantes, principalmente quando do discurso direto. Nesse sentido, Koch (2008, p.143) esclarece que a polifonia “oferece ao locutor a possibilidade de tirar consequências de uma asserção cuja responsabilidade não assume diretamente, atribuindo-a a um enunciador outro”.

O jornalista, ao mesmo tempo em que assume a responsabilidade pelo que enuncia, possibilita que outras vozes, pelas quais não assume responsabilidade, mas que, por outro lado, considera relevantes para o seu intuito discursivo, se manifestem. Os depoimentos servem como estratégia para autenticar o próprio discurso do jornal, na tentativa de garantir a credibilidade da informação transmitida.

30. O prefeito Fernando Haddad (PT) disse que o ato de ontem foi marcado pela violência policial. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que a PM não vai tolerar “depredação, violência e obstrução de vias públicas”. O secretário da Segurança, Fernando Grella, afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas ordenou que a Corregedoria apure relatos de abuso (Notícia 1: Folha, 14/06).

No exemplo em questão, a polifonia está marcada pela presença dos verbos *dicendi dizer* e *afirmar* que antecipam os discursos das autoridades. Tratarei desses verbos adiante, após discorrer sobre o papel da polifonia na construção do discurso.

O dizer do prefeito – em discurso indireto – vai ao encontro do que foi noticiado no início da matéria, fortalecendo, então, o foco dado ao fato pelo jornal, ao passo que as aspas – marcas do discurso direto –, trazidas em parte do relato do governador e do secretário, assinalam um distanciamento do jornal em relação ao discurso deles e marcam o não comprometimento do veículo com as palavras ditas. É como se o jornal estivesse falando, em tom de reprovação: “Olha, não sou eu (jornal) que estou dizendo isso, é o governador/secretário! Não tenho nada a ver com isso!”

Somando-se a isso, é curioso notar a segmentação de formatação dos relatos das autoridades no exemplo da notícia 1. Enquanto as declarações do governador e do secretário em defesa – direta ou indireta – dos policiais militares estão em discurso direto, a do prefeito – única explicitamente contrária à ação dos PMs – está em discurso indireto.

Este discurso é definido por Neves (2000, p. 47) como uma espécie de “paráfrase pela qual o falante assume a responsabilidade do que é referido.”

Já sobre o discurso direto, ela esclarece que

No **discurso direto**, o falante tem uma responsabilidade muito menor sobre a **oração completiva**, que é uma citação direta, ficando o controle das expressões **correferenciais** e **dêiticas** (de referência à situação) circunscrito à própria oração citada e, portanto, independente de referência ao falante (NEVES, 2000, p. 47, grifos da autora).

A visão de Ducrot (1987, p. 187) é a de que

A diferença entre estilo direto e estilo indireto não é que o primeiro daria a conhecer a forma, e o segundo, só o conteúdo. O estilo direto pode também visar só o conteúdo, mas para fazer saber qual é o conteúdo, escolhe dar a conhecer uma fala (ou seja, uma sequência de palavras, imputada a um locutor) (...). Porque o estilo direto implica fazer falar um outro, atribuir-lhe a responsabilidade das falas, isto não implica que sua verdade tenha uma correspondência literal, termo a termo.

A notícia 5⁵ (Folha, 14/06), inteiramente baseada nas falas das autoridades, mistura discursos direto e indireto e ratifica a mesma postura adotada na notícia 1, trazendo, logo no título, a postura hostil do prefeito frente às ações policiais, reforçando o discurso conivente com aquilo que se espera do público-leitor.

Haddad diz que violência da PM marcou ato

Em rede social, governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que seu governo ‘não vai tolerar vandalismo’

Secretaria da Segurança diz que a PM agiu para garantir a ordem, mas irá investigar os relatos de abusos policiais

Depois de acompanhar os protestos de dentro de seu gabinete, no centro, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), disse que a manifestação de ontem foi marcada pela violência policial.

“Na terça, eu penso que a imagem que ficou foi a da violência dos manifestantes. Infelizmente, hoje (ontem), não resta dúvida de que a imagem que ficou foi a da violência policial”, afirmou.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) não comentou os relatos de abuso policial nem as declarações do prefeito.

⁵ Transcrevo esta notícia a fim de facilitar a leitura corrente deste trabalho, sem que o leitor precise recorrer ao Anexo.

Por meio de uma rede social, ele atacou os manifestantes: “Depredação, violência e obstrução de vias públicas não são aceitáveis. O Governo de São Paulo não vai tolerar vandalismo”, disse. “O direito à livre manifestação é um princípio basilar da democracia. Assim como o direito de ir e vir e a preservação do patrimônio público.”

Em nota, a Secretaria da Segurança pública afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas que o secretário Fernando Grella determinou à Corregedoria da PM que apure “rigorosamente” os relatos de abuso policial.

Chamo atenção para a ambiguidade presente nas aspas do último parágrafo. Se seguirmos a lógica de toda a estrutura da notícia, somos levados a crer que as aspas revelam o dizer do secretário, em uma construção de discurso direto inserido em um discurso indireto. Por outro lado, levando-se em consideração o conjunto de notícias veiculadas e o teor dos discursos, não descarto a possibilidade de as aspas terem sido usadas de forma irônica, em uma estratégia de argumentação sutil ou camuflada em um dizer. As aspas em “garantir a ordem” e ‘apurar “rigorosamente” os abusos’ podem determinar a não identificação com o termo ou com todo o discurso do secretário.

As aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. Um sujeito que utiliza as aspas é obrigado, mesmo que disto não esteja consciente, a realizar uma certa representação de seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através destas aspas. (MAINGUENEAU, 1997, p. 91)

Outra forma (diferente, porém não excludente) de se entender o (des)comprometimento do jornal quando do uso dos discursos direto e indireto em prol da condução argumentativa da notícia pode ser ilustrada pela grande quantidade de relatos, em discurso direto, dos manifestantes, jornalistas ou outras pessoas menos envolvidas nos atos. Sob essa visão, destaco o fato de que, com esse tipo de discurso, o leitor tem um aparente contato *ipsis litteris* com a fala do depoente, o que pode aumentar o grau de credibilidade do texto e colocar os relatos como testemunhos do próprio discurso jornalístico. A mesma exclamação, agora com tom de aprovação, poderia ser utilizada: “Olha, não sou eu (jornal) que estou dizendo isso, é o manifestante/o jornalista atingido/uma pessoa imparcial no contexto! Eles estavam lá e viram tudo que a polícia fez.”

No discurso indireto, há uma restituição do sentido daquilo que foi dito por outrem. Não se pode negar que essa forma de relato também garante credibilidade ao texto, porém vale ressaltar que o sentido restabelecido é mediado pelo jornalista.

Na busca da identidade com o leitor, o jornal recorre à polifonia para ajudar a construir sua própria identidade, seu *ethos* de ser comunicante, detentor de informação e mediador entre o leitor e o mundo.

Não podemos mais pura e simplesmente identificar o *ethos* ao orador: a dimensão de uso da palavra é estruturada de modo mais complexo. O *ethos* é um domínio, um nível, uma estrutura – em resumo, uma dimensão –, mas isso não se limita àquele que fala pessoalmente a um auditório, nem mesmo a um autor que se esconde por trás de um texto e cuja “presença”, por esse motivo, afinal pouco importa. O *ethos* se apresenta de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão sejam aceitas. (MEYER, *apud* FERREIRA, 2010, p. 90)

Na fusão dos relatos dos jornalistas e dos manifestantes em oposição aos discursos das instâncias militares, a imprensa se coloca “do lado dos mais fracos”, os quais não só garantem credibilidade ao veículo de comunicação, mas, sobretudo, alimentam o poder da imprensa.

Dessa forma, assim como ocorre com as escolhas lexicais, os recortes polifônicos não são gratuitos; eles são fruto de uma escolha relacionada a uma intencionalidade argumentativa, ficando materializados no discurso como formas de estratégias, o que comprova o mito da imparcialidade do jornalismo.

Parto, agora, para a abordagem dos verbos *dicendi* como importantes itens lexicais que podem, em consonância com a polifonia, assumir discursivamente o papel de modalizadores. Para Maingueneau (1997, p. 88),

não é possível negligenciar os verbos destinados a introduzir discurso relatado. De fato, em função do verbo escolhido (...), toda a interpretação da citação será afetada. M. Charolles, ao estudar estes verbos, chamando-os de ‘verbos de comunicação’, mostra que, excetuando *dizer*, aparentemente neutro, os demais veiculam diversos tipos de pressupostos.

Neves (2000, p. 47) os inclui nos chamados *verbos de elocução*. Para ela, eles são verbos “introdutores de discurso (discurso direto ou discurso indireto)” e podem ser divididos em dois grupos. O primeiro é formado pelos verbos *dicendi*, que são por ela definidos como “**verbos** de ação cujo **complemento** direto é o conteúdo do que se diz” (2000, p. 48, grifo da autora). *Falar, dizer, gritar, berrar, exclamar, sussurrar, cochichar* etc... são os exemplos dados pela autora. O segundo grupo constitui-se dos verbos que “introduzem discurso, mas não necessariamente indicam atos de fala” (2000, p. 49). Ela cita como exemplos os verbos *acalmar, ameaçar, consolar, desiludir, rir, chorar, suspirar* etc.

Início a análise semântico-discursiva de alguns verbos *dicendi* destacando como exemplos os dois trechos a seguir, nos quais o locutor é um representante da segurança pública.

31. *O secretário da Segurança, Fernando Grella, afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas ordenou que a Corregedoria apure relatos de abuso* (Notícia 1: Folha, 14/06).
32. *Em nota, a Secretaria da Segurança pública afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas que o secretário Fernando Grella determinou à Corregedoria da PM que apure “rigorosamente” os relatos de abuso policial* (Notícia 5: Folha, 14/06).

Esses fragmentos são carregados de teor argumentativo, marcado pela sequência lexical *afirmou - mas – ordenou/determinou*. Se algo é afirmado, é porque não resta dúvida sobre ele, logo não caberia em seguida utilizar uma conjunção adversativa, a qual garante um peso argumentativo maior à informação subsequente a ela, tornando a primeira informação menos relevante. Dessa forma, conclui-se que, tendo a polícia agido para garantir a ordem, não caberia investigação.

Aumentando ainda mais essa carga, tem-se o emprego das formas verbais *ordenou/determinou* que, somado ao valor da adversativa, leva a algumas possíveis inferências, que podem variar de leitor para leitor. Um exemplo é que, se a verificação de abuso se faz obrigatória, é grande a possibilidade de ter havido algo além da garantia da ordem. Moura (2006, p. 13) nos mostra que “somos levados a considerar, pela simples enunciação de uma sentença, outras afirmações que não são afirmadas literalmente, mas inferidas a partir dessa sentença.” Corado (2009, p. 88) vai além quando afirma que

(...) é extremamente interessante ao formador da opinião o recurso aos subentendidos, visto que por meio deles se faz possível a veiculação de valores sem que seja necessário se desfazer do véu da objetividade, da imparcialidade e do compromisso com a precisão informativa. Em outras palavras, trata-se de um instrumento que traz consigo grande parcela do potencial argumentativo do dizer, mas que, por fazê-lo com certa sutileza, permite que essa argumentação mantenha sua aparência demonstrativa/informativa e que o enunciador/argumentador se refugie atrás do sentido literal.

Acrescenta-se a isso o fato de a ação da polícia integrar uma estrutura adverbial final que, embora desejada, não apresenta realização garantida. “Elas [orações adverbiais finais] expressam um efeito visado, um propósito, e nisso diferem das consecutivas típicas, que expressam um efeito contingente.” (AZEREDO, 2008, p. 329). Assim, o trecho *a polícia agiu para “garantir a ordem”* possui apenas uma ação realizada (agir); a segunda ação, cujo conteúdo é de finalidade, é desejável e realizável, porém não necessariamente realizada.

33. *Em rede social, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que seu governo ‘não vai tolerar vandalismo’* (Notícia 5: Folha, 14/06 - título)

O trecho destinado à fala do governador de São Paulo comprova a citação de Moura. Tendo em vista os relatos de violentas punições realizadas pelo órgão militar atrelado ao governo, se a autoridade assume que não vai tolerar vandalismo, infere-se que alguma atitude – não explicitada pelo relato de Alckmin – será tomada para combater esse mal, e a Polícia Militar é a instituição primeira a quem o governo recorre. A declaração do governador vai, ainda, de encontro ao relato do prefeito, o que acaba por enfraquecer as autoridades governamentais.

Há ainda, no *corpus*, outros exemplos em que o verbo *afirmar* se apresenta nas falas das autoridades, mas não são mais relevantes do que os já expostos e analisados.

Assim como nos relatos do secretário e do governador, o jornal optou por esse mesmo verbo para marcar os depoimentos de jornalistas e manifestantes, assumindo-os como verdade.

34. *O Movimento Passe Livre, que organiza os protestos, afirma que cem manifestantes se machucaram* (Notícia 2: Folha, 14/06).

35. *“o policial mirou em mim e atirou”, afirma fotógrafo* (Notícia 4: Folha, 14/06 -título).

36. *“Quando ela me disse para sair dali por causa do tumulto, um policial mirou e atirou covardemente nela”, afirma* (Notícia 4: Folha, 14/06).

37. *Vignoli afirma que, no momento da cena, estava apenas se defendendo em meio ao grupo que o cercava e o ameaçava de linchamento* (Notícia 6: Folha, 14/06).

No grupo dos verbos *dicendi*, Neves (2000) considera *falar* e *dizer* como verbos neutros, básicos (assim como afirma Maingueneau em relação ao verbo *dizer*) e os outros (*gritar, berrar, exclamar, sussurrar, cochichar*) como aqueles “cujo significado traz, somado ao dizer básico, informações sobre o modo de realização do enunciado” (p. 48). Estes, então, reproduzem semanticamente o ato de fala realizado.

Foram verificadas, no *corpus*, duas aparições do verbo *falar* e 18 do verbo *dizer*. Por achar pertinente a neutralidade semântica indicada por Neves e Maingueneau em relação a esses verbos, optei por não reproduzir os trechos em que eles se encontram.

Ainda com relação ao primeiro grupo, a autora cita verbos como *queixar-se, comentar, confidenciar, observar, protestar, explicar, avisar, informar, responder, sugerir* etc, afirmando que “apresentam lexicalizado o modo que caracteriza esse dizer” (NEVES, 2000, p. 48). Se eles revelam o modo do dizer, desempenham papéis modalizadores do discurso.

O verbo *informar*, na maioria das vezes em que aparece no *corpus*, comporta-se de forma muito semelhante ao *falar* e ao *dizer*, e sua modalização se revela superficialmente, não sendo suficiente para marcar uma orientação argumentativa do discurso. Quem informa informa algo sobre o qual se tem algum **conhecimento** que deve ser transmitido ao interlocutor, enquanto que o dizer é apenas uma exposição de palavras, tenham elas nexos ou não. Uma pessoa pode “não dizer coisa com coisa”, mas não acontece de ela “não informar coisa com coisa”. O ato de informar revela uma maior seriedade e um maior compromisso com aquilo que está sendo informado.

Em *A polícia não **informou** sobre feridos. O Movimento Passe Livre, que organiza os protestos, afirma que cem manifestantes se machucaram* (Notícia 2: Folha, 14/06), tem-se a percepção de que o órgão possui a informação de quantas pessoas foram feridas, mas não se manifesta a esse respeito. Essa omissão ainda é intensificada pela afirmação fornecida pelo MPL.

Ainda nesse grupo de verbos, destaco as formas verbais *relatou* e *comentou* em:

38. Um aluno **relatou** à **Folha** que professores se trancaram em salas para se protegerem (Notícia 2: Folha, 14/06.)

39. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) não **comentou** os relatos de abuso policial nem as declarações do prefeito (Notícia 5: Folha, 14/06).

O verbo *relatar*, nesse caso, transitivo direto e indireto, garante crédito à notícia porque o objeto indireto é o próprio veículo que enuncia; não houve “intermediários” na exposição dos acontecimentos.

Em meio a um contexto em que a mídia explora a violência policial e o prefeito assume os atos indesejáveis dos militares, a figura do governador esquivando-se de analisar criticamente os fatos enfraquece mais uma vez as relações existentes no poder público e entre este e a população, e fortalece o posicionamento da imprensa.

O segundo grupo de verbos, ou seja, daqueles que não indicam atos de fala, também é dividido pela autora em dois tipos: o primeiro instrumentaliza o que se diz (*acalmar, ameaçar, consolar* etc.) e o segundo circunstancia o que se diz (*rir, chorar, espantar-se, suspirar* etc). Os que instrumentalizam “indicam ações realizadas com o uso de um instrumento, que pode consistir, eventualmente, em um dizer” (NEVES, 2000, p. 49). Os verbos que circunstanciam “expressam uma ação ou um processo que pode realizar-se ao mesmo tempo que o dizer” (p. 49) .

Em *Por meio de uma rede social, ele **atacou** os manifestantes: “Depredação, violência e obstrução de vias públicas não são aceitáveis”* (Notícia 5: Folha, 14/06), o verbo

destacado, além de instrumentalizar o dizer do governador, coloca a autoridade como uma figura que incita a violência. Pode-se atacar alguém com uma faca, com um chute... ou com palavras.

Podemos, agora, imaginar uma cena de alguém gritando, em tom de revolta, de protesto contra a atitude da Polícia Militar nos episódios de agressão aos jornalistas. É a função de circunstanciar o que se diz que o verbo *protestar*, na ausência do discurso direto, assume no exemplo a seguir.

40. A *Folha divulgou* nota em que *repudia* a violência e *protesta* contra a falta de discernimento da Polícia Militar no episódio (Notícia 4: Folha, 14/06).

Aumentando ainda mais a carga semântica de revolta atrelada ao verbo *protestar*, o próprio veículo, cujos jornalistas foram agredidos pelos PMs, utiliza o verbo *repudiar*, em nota que ele, veículo, faz se tornar pública – daí o uso de *divulgou*, introduzindo ao discurso um tom de desprezo, de rejeição que se empresta não só aos atos de alguns militares, mas à instituição Polícia Militar.

Mesmo na presença do discurso direto, os verbos podem circunstanciar o dizer, como se observa no trecho a seguir:

41. Priscilla Figueiredo, de 35 anos, do Colégio de Aplicação da UERJ, *desabafou* sobre a situação do local:

– *Nós não conseguimos ir para casa, porque estamos com medo da polícia. Onde está nosso direito de ir e vir? A polícia, órgão que deveria nos proteger, é que nos ameaça* (Notícia 12: O Globo, 21/06).

O alívio emocional da aluna traduzido pela forma verbal *desabafou* envolve uma severa crítica à polícia que, segundo ela, deveria proteger, mas ameaça e induz ao medo. É esse discurso que fica cristalizado no inconsciente do leitor.

Nota-se, portanto, que o enunciador, ao utilizar alguns verbos *dicendi*, deseja, além de apresentar um discurso, assinalar uma avaliação, uma modalização ou uma direção argumentativa desse discurso.

4.2 Verbos, advérbios e adjetivos na orientação do discurso

A análise das estruturas linguísticas que compõem a materialidade dos discursos relacionados à Polícia Militar tem revelado uma instituição ativa, porém, não agindo de uma

forma desejada. Isso se revela pelos espaços sintáticos que ocupa e/ou pelas relações semânticas que estabelece com outros termos da oração. Assim, a corporação e seus membros não apenas são sintaticamente sujeitos agentes das orações ou agentes da voz passiva, como também têm seu caráter ativo indesejado marcado pela carga semântica dos verbos a que estão relacionados e dos advérbios que acabam por modalizar os processos verbais, como se pode observar nos exemplos:

42. ... *policiais militares* **agiram com violência**... (Notícia 2: Folha, 14/06).

43. “... *um policial* **mirou e atirou covardemente nela**”... (Notícia 4: Folha, 14/06).

44. “*Eles nos* **encurralaram e abriram fogo aleatoriamente** ...” (Notícia 4: Folha, 14/06).

Ao se observarem os processos verbais, percebe-se que são todos verbos significativos, de ação, cujos sujeitos agentes são os policiais militares. Apenas dois – *mirar* e *encurralar* – não estão acompanhados de um advérbio ou locução adverbial.

Com violência, covardemente e aleatoriamente expressam uma visão negativa à ação realizada e podem ser considerados, de acordo com Castilho; Castilho (2002, p. 208), advérbios modalizadores afetivos. Estes “verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional (...)” e imprimem ao enunciado um caráter subjetivo que expressa uma opinião do falante. Os três exemplos reafirmam o cenário de violência imposto à manifestação por parte dos policiais militares. O advérbio *covardemente* reforça, ainda, a posição de abuso de força do policial em relação a inocentes.

Para integrar a imagem de despreparo dos militares, a declaração feita no exemplo 44 permite ao leitor visualizar uma cena em que manifestantes e jornalistas se veem cercados, sem saída, no momento em que policiais atiram sem direção, indiscriminadamente, como em um ato inconsequente. É como se fosse um “salve-se quem puder”. Chamo atenção, neste exemplo, para a escolha do item verbal *encurralar*, que implica uma construção metafórica de manifestantes e jornalistas a animais presos em um curral. De um lado, encontra-se a imposição da força que encurrala, tendo em seu oposto os animais, as vítimas que não têm saída, senão se render. Se a opção fosse por formas linguísticas relacionadas ao verbo *cercar* ou por outras do mesmo campo lexical ou do mesmo campo semântico, o impacto da argumentação não seria o mesmo, nem tampouco a comparação com animais seria tão evidente, como se pode observar em:

45. *Sem ter sido agredida, a Tropa de Choque* **cercou os manifestantes e disparou bombas de efeito moral e balas de borracha** (Notícia 1: Folha, 14/06).

46. *A PM* **promoveu um cerco** ao centro e à avenida Paulista (Notícia 2: Folha, 14/06).

47. *Pelas redes sociais, diziam estar* **cercadas** pela PM (Notícia 14: O Globo, 21/06).

48. *São Paulo sitiada* (Notícia 8: O Globo, 14/06).

O trecho “*Me sentindo como um rato. Encurralada como um bicho, como criminosa*” (Notícia 12: O Globo, 21/06) deixa bem evidentes o processo de animalização e o tom de revolta, acentuados, ainda, pela polifonia e pela escolha de um animal que remete a campo semântico de aversão, nojo, imundície.

A mesma intenção argumentativa que se pretende com as escolhas lexicais se nota no uso da expressão *abrir fogo*, que aponta o leitor para algo mais belicoso, aterrorizante, que toma uma proporção maior caso se utilizasse o verbo *atirar*.

Não restam dúvidas de que os adjetivos, por atribuírem características e propriedades a um substantivo, também são importantes potenciais argumentativos de orientação do discurso. Eles indicam a maneira pela qual o enunciador interpreta a realidade e, por isso, refletem sua subjetividade.

Azeredo (2008, p. 170) classifica-os de acordo com a natureza da significação de cada um deles. E assim ele escreve:

Certos adjetivos expressam conteúdos de existência objetiva, que funcionam como propriedades classificatórias dos seres e coisas a que se referem: peixe **fluvial**, energia **solar** (...) estes adjetivos derivam de substantivos e são chamados adjetivos de relação ou classificadores. Outros expressam noções referencialmente variáveis ou decorrentes de opinião: passagem **estreita**, alimentação **nutritiva**, dentes **fortes** (...) São os adjetivos qualificadores (grifo do autor).

O autor acrescenta, ainda, que as construções com adjetivos qualificadores podem ser reescritas, diferentemente do que ocorre com os classificadores. Podemos fazer a correspondência entre ‘poltronas confortáveis / conforto das poltronas’, mas o mesmo não se aplica a ‘a biblicidade da passagem’, em referência à passagem bíblica.

Interessam, para a análise, os adjetivos qualificadores, pois expressam valores semânticos significativos relacionados à Polícia Militar que auxiliam na condução argumentativa das notícias. Nos exemplos a seguir, os adjetivos são classificados, de acordo com Neves (2000), como disfóricos, ou seja, desencadeadores de valores negativos, seja na função de adjunto adnominal, seja na função de predicativo.

49. *Assustados, motoristas abandonaram os carros* (Notícia1: Folha, 14/06).

50. *O quarto e mais **violento** dia de protestos (...) – desta vez, marcado pela **pesada** ação da tropa de choque da PM ...* (Notícia 8: O Globo, 14/06).

51. *Novo protesto tem reação **violenta** da PM* (Notícia 1: Folha, 14/06 – título).

52. *O quarto dia de protestos (...) foi marcado pela repressão **violenta** da Polícia Militar...* (Notícia 1: Folha, 14/06).

53. “O PM foi **violento**, foi para cima do garoto [da foto] e jogou ele no chão.” (Notícia 6: Folha, 14/06)
54. Em muros foram escritas frases contra o prefeito Fernando Haddad (PT) e palavras de ordens como “**polícia fascista**”. (Notícia 8: O Globo, 14/06)
55. Alunos “**ilhados**” com medo da polícia em duas faculdades (Notícia 12: O Globo, 21/06 - título)

Neste último exemplo, ressaltamos a importância da escolha cuidadosa, com vistas à argumentação, do item lexical *ilhados*, que, no plano conotativo, ilustra o isolamento de alunos – seres neutros no embate com a polícia. O efeito desejado é ainda intensificado pelo adjunto adverbial de causa *com medo da polícia*, revelando que a instituição que deveria proteger a sociedade é aquela que lhe impõe o medo e a deixa apartada.

No fragmento 49, o adjetivo *assustados* ganha ainda mais peso pela força argumentativa do verbo *abandonar*. Quem abandona desiste, renuncia. O susto foi tamanho que os motoristas optaram não por deixar seus carros, mas por abandoná-los.

No início da análise, abordei a voz passiva em referência ao sujeito paciente – quando representados pelos jornalistas – e ao agente da passiva na figura da polícia. A abordagem que agora proponho se baseia no uso do participípio que, muitas vezes, assume papel de adjetivo e pode se comportar eufórico ou disforicamente.

O participípio é uma forma eminentemente verbal quando, invariável, vem precedido do verbo auxiliar *ter/haver* na formação dos verbos chamados compostos. Quando, porém, é variável em gênero e número – como na construção passiva (as cartas foram enviadas) – o participípio se aproxima dos adjetivos, de tal sorte que, em muitos casos, migra para esta classe. (AZEREDO, 2008, p. 347)

Apesar de o foco ser a marca discursiva imposta pela escolha de determinado participípio, é imprescindível atrelá-la aos agentes da passiva, mesmo quando omitidos.

56. Ela registrava o protesto quando foi **alvejada** (Notícia 4: Folha, 14/06).
57. Pessoas **arrancadas** de bares por policiais com cassetete (Notícia 3: Folha, 14/06).
58. ... os manifestantes foram sendo “**empurrados**” pela polícia com bombas de gás e balas de borracha (Notícia 9: Folha, 21/06).
59. **Empurrado** por um sargento da PM... Filipe Coutinho, da Folha, caiu e torceu o pé, sem gravidade (Notícia 10: Folha, 21/06).
60. Ação de policiais é considerada **abusiva** (Notícia 14: O Globo, 21/06).

Nota-se que, nos trechos 57 a 59, as formas nominais escolhidas são reveladoras de ações que denunciam o uso da força bruta por parte dos policiais militares, ao passo que a opção por *alvejada* aponta para uma força tática, pensada, voltada para a precisão da ação.

A atitude violenta dos policiais se manifesta também contra os vândalos, como se pode observar no fragmento da notícia 15 (O Globo, 21/06).

*61. Na Praça Quinze, eles [vândalos] destruíram roletas e vidros de lojas da estação das barcas. Foram **rechaçados** pela polícia, mas a estação ficou fechada por 50 minutos.*

Contudo, no meio de tantas ocorrências negativas relacionadas aos manifestantes e jornalistas, o que se veicula como o papel que cabe à PM diante de baderneiros e arruaceiros se torna insignificante e pode passar despercebido pelos leitores menos atentos.

A relação existente entre as escolhas lexicais e a capacidade argumentativa de um texto jornalístico foi o fio condutor deste capítulo. É por meio do léxico que expressamos e representamos o mundo, e todas as escolhas e combinações semântico-discursivas feitas pelos jornalistas ajudam o analista do discurso a compreender o viés argumentativo a que o discurso da mídia se propõe.

CONCLUSÃO

Em todo este trabalho, observa-se que os discursos midiáticos, em especial aqueles presentes nos textos jornalísticos dito informativos, não elaboram versões neutras dos fatos que reportam; eles constituem interpretações da realidade que estão relacionadas a posições sociais, interesses e objetivos tanto daqueles que os produzem quanto daqueles que os consomem. O discurso da imprensa é, portanto, produtor de sentidos e de realidades, e é também alimentado pelas próprias realidades que cria.

Para o teórico da ASD, Patrick Charaudeau, o discurso se constrói quando se compreendem os componentes linguístico e situacional, e a análise levou em consideração os recursos linguístico-gramaticais – como os verbos, os advérbios e os adjetivos – e também a polifonia, em uma dimensão semântico-discursiva, sem deixar de lado a conjuntura sócio-histórica e cultural em que os fatos ocorreram. Busquei focalizar a forma como as ações dos policiais militares foram representadas frente às manifestações populares e que relações foram estabelecidas entre jornalistas, leitores, entrevistados, manifestantes e polícia. Ficou evidenciado, então, o discurso dos jornais voltado a retratar um quadro de negatividade associado ao papel da Polícia Militar nas manifestações. “Quando investigamos as identidades sociais, estamos interessados em analisar a forma com a qual os participantes são retratados em um texto, relativamente ao papel (ou aos papéis) que eles representam na sociedade” (FONTANINI, 2002, p. 234-235).

No contexto situacional e temporal retratado nas notícias, apresentar a instituição policial como vilã parece agradar aos leitores dos dois jornais, em especial aos da *Folha de São Paulo*, os quais se veem identificados não só com os valores dos veículos, mas sobretudo, com o discurso midiático que os coloca na condição de vítimas da mesma polícia algoz retratada nas notícias.

Diferentes formas de poder podem ser manipuladas em diferentes textualizações. Tipos diversos de autoridade, codificados em escolhas lexicogramaticais, emanam de valores morais, crenças e visões de mundo dos indivíduos que, por sua vez, resultam tanto em diferentes formas de relações sociais, como em diversas identidades sociais. (FONTANINI, 2002, p. 234)

O jornal torna-se, então, um defensor do interesse de seu público, o que acaba por legitimar cada vez a mais a posição hegemônica assumida pela mídia. É na relação entre a intenção de sentido do jornalista e o resultado alcançado com seu leitor que as significações se realizam.

Nos processos de construção discursiva, várias escolhas são feitas, considerando-se as motivações sociais e os aspectos ideológicos. Mesmo os jornalistas tendo de se submeter a regras e padrões institucionais na construção de suas notícias, suas formações ideológicas serão manifestadas na modalização de seus discursos, por mais oculta que ela seja. Não se pode negar que a escolha por este ou aquele dizer, por esta ou aquela formação discursiva está diretamente relacionada à intenção comunicativa. Dessa forma, as notícias demonstram uma parcialidade socialmente aceita. Os estudos da linguagem contribuem para que se faça ver como e o quão sutil, por isso mesmo perigosa e argumentativamente poderosa, essa parcialidade é.

O tratamento [da informação] é a maneira de fazer, o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em linguagem (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados, em função do alvo predeterminado, com o efeito que escolheu produzir. Nesse processo, está em jogo a inteligibilidade da informação transmitida, e como não há inteligibilidade em si, esta depende de escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador. Ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra. A cada momento, o informador deve perguntar-se não se é fiel, objetivo ou transparente, mas que efeito lhe parece produzir tal maneira de tratar a informação e, concomitantemente, que efeito produziria uma outra maneira, e ainda uma outra, antes de proceder a uma escolha definitiva. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 38)

Cabe ressaltar, por fim, que a imagem cristalizada da polícia no imaginário coletivo é fruto de vários discursos – incluindo os midiáticos de grande repercussão – os quais são internalizados pelo homem ao longo da vida. Tem-se a tradição de uma polícia violenta e corrupta que recai, principalmente, nas zonas de grande conflito. O que foi retratado subjetivamente pela mídia informativa no *corpus* analisado é uma polícia despreparada que age nas manifestações da mesma forma como foi treinada para combater criminosos e, nessa cena discursiva, constrói-se uma batalha em que sociedade civil e organizações policiais se situam em campos opostos.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos da Gramática do Português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 7 dez. 2014.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CASTILHO, Ataliba T. de; CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. v. 2.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: GAVAZZI, Sigrid; PAULIUKONIS, Maria Aparecida (Org.). *Da língua ao discurso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-29.
- _____. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012(a).
- _____. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coord e trad Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012(b).
- _____. Prefácio. In: GAVAZZI, Sigrid; PAULIUKONIS, Maria Aparecida (Org.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 7-8.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. e trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2012.
- CORADO, Patrícia Ribeiro. *Veja: ideologia e argumentatividade em revista*. 2009. 239f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- CRUZ, Gleice Bello da. A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da participação popular. *Cadernos de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 4, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20130403.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual geral da redação*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

FONTANINI, Ingrid. Cartas ao editor: a linguagem como forma de identificação social e ideológica. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desiree (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2008.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARI, Hugo. Percepção do sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MACHADO, Ida Lúcia et al. *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.

MOURA, Heronildes Maurílio de Melo. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011.

O GLOBO. *Manual de redação e estilo*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1992.

PEREIRA, Juliana Sell do Vale; ALMEIDA, Marina Barbosa de. “Sabe tudo sobre tudo”: análise da seção de cartas-pergunta em revistas femininas para adolescentes. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desiree (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

PERELMAN, Chaïm; TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VALENTE, André. Argumentação e textualidade em crônicas jornalísticas. In: VALENTE, André; PEREIRA, Teresa Maria G. (Org.). *Língua Portuguesa: descrição e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso, notícia e ideologia*. Porto: Campo das Letras, 2005.

ANEXO

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 14 de junho de 2013

Nº de notícias: 6

Notícia 1



Novo protesto tem reação violenta da PM

O quarto dia de protestos contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo foi marcado pela repressão violenta da Polícia Militar, que deixou feridos manifestantes, jornalistas – sete deles da Folha – e pessoas que não tinham qualquer relação com os atos.

O confronto teve início quando manifestantes tentaram subir a rua da Consolação, em direção à avenida Paulista, onde havia um bloqueio policial. Sem ter sido agredida, a Tropa de Choque cercou os manifestantes e disparou bombas de efeito moral e balas de borracha. Assustados, motoristas abandonaram os carros.

Depois, manifestantes repetiram as cenas de depredação dos protestos anteriores, danificando ônibus e uma agência bancária na avenida Angélica. Ao todo, 192 manifestantes foram detidos. Segundo o Movimento Passe Livre, cem pessoas ficaram feridas.

O prefeito Fernando Haddad (PT) disse que o ato de ontem foi marcado pela violência policial. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que a PM não vai tolerar “depredação, violência e obstrução de vias públicas”. O secretário da Segurança, Fernando Grella, afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas ordenou que a Corregedoria apure relatos de abuso.

Notícia 2⁶***Bombas e balas de borracha deixam centro em pânico***

Motoristas abandonaram carros nas ruas, e até prédio da PUC foi alvo de gás; manifestantes estimavam cem feridos

PM diz que só atua após agressões e crimes; protesto voltou a ter vandalismo, como pichação e depredação

Com balas de borracha e bombas de efeito moral, policiais militares agiram com violência para reprimir a quarta manifestação contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo em uma semana.

A PM promoveu um cerco ao centro e à avenida Paulista, agravando os confrontos e deixando em pânico pedestres e motoristas, que, no meio da confusão, chegaram a abandonar carros na rua.

À noite, havia 192 detidos. A polícia não informou sobre feridos. O Movimento Passe Livre, que organiza os protestos, afirma que cem manifestantes se machucaram. Eles programam novo ato na segunda, às 17h, em frente à estação Faria Lima do Metrô.

O protesto também voltou a ter cenas de vandalismo e depredação, embora com menos intensidade que nos anteriores. Uma agência bancária e um hotel tiveram vidros quebrados. Ônibus foram apedrejados e, assim como muros, pichados. Lixeiras foram incendiadas e utilizadas como barreira contra a PM.

A manifestação saiu por volta das 18h30 do Theatro Municipal, no centro, em direção à praça Roosevelt, onde terminaria, após acordo entre manifestantes e polícia. Havia 5.000 pessoas, diz a PM. O grupo fala em 20 mil.

O ato era pacífico até chegar à esquina das ruas da Consolação e Maria Antônia.

O confronto começou quando um grupo tentou furar o bloqueio policial para seguir em direção à Paulista.

Policiais da Tropa de Choque passaram a dar tiros de borracha para todos os lados e a lançar bombas. Manifestantes revisaram com pedras.

Bombas de gás chegaram a ser lançadas até dentro de um prédio da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica).

*Um aluno relatou à **Folha** que professores se trancaram em salas para se protegerem.*

⁶ Esta notícia foi utilizada na seção 1.1, porém com outra finalidade.

“Parecia que estávamos na ditadura militar”, disse a arquiteta Isabelly Frederico, 36, que assistiu ao início da confusão de cima de um prédio.

Centenas de jovens, muitos chorando, correram para se refugiar nos fundos de um posto de gasolina – também alvo de bombas da PM.

A ação da polícia, seguida de confrontos, se repetiu em ruas como Augusta, Angélica, Frei Caneca e Bela Cintra.

Houve detenção de manifestantes que carregavam vinagre – para amenizar efeitos do gás – ou máscaras.

No final da noite, os manifestantes chegaram à Paulista, bloqueada pela PM e novamente palco de confronto.

Ao menos 55 pessoas foram atendidas em um posto de emergência montado no espaço independente Matilha Cultural, disse Pedro Campana, 26, médico responsável.

A Folha presenciou um PM agredindo, com chutes, um manifestante imobilizado, no chão, em frente à prefeitura.

Nina Capello, do Passe Livre, diz que “houve abuso” da polícia. O tenente-coronel Marcelo Pignatari, comandante da PM na Paulista, disse “achar impossível que a PM tenha agido sem ter sido agredida ou presenciado crimes”.

Notícia 3

“Me arrancaram da mesa e me deram porrada”, diz jovem

Pessoas arrancadas de bares por policiais com cassetetes. Bombas de gás lançadas contra quem deixava o trabalho na av. Paulista e até dentro de um carro. Pedestres atingidos por balas de borracha.

Cenas como essas foram vistas pela reportagem durante os confrontos.

A empresária Paula Sampaio, 40, assistiu de dentro de seu carro, durante quase uma hora, uma “cena de guerra”. Ela estava na rua Caio Prado quando bombas começaram a cair em meio aos carros no trânsito. “Fiquei presa no carro assistindo a tudo. PMs atiraram bombas, mas vi um rapaz abrir o lixo e atirar garrafa contra os PMs”, disse.

Um casal de estudantes que tomava cerveja num bar da avenida Paulista recebeu de PMs a ordem para que saísse. “Me arrancaram da mesa, me jogaram no chão e deram porrada”, disse a universitária Gabriela Lacerda, 24, que estava com o namorado Raul Longhini, 20.

Perto dali, um PM mirou um grupo que incluía funcionários do shopping Center 3 e atirou bombas. Na Consolação, uma bomba da PM quebrou o vidro e parou dentro do carro de um idoso. Segundo o fotógrafo Adriano Lima, manifestantes quebraram outro vidro para retirá-lo.

Notícia 4

Jornalistas são feridos por disparos de policiais militares

Sete repórteres da Folha foram feridos, dois deles por balas de borracha; ‘o policial mirou em mim e atirou’, afirma fotógrafo



Policial Militar dispara spray de pimenta contra cinegrafista durante confronto em rua na região central de São Paulo.

*A repressão aos protestos contra o aumento da tarifa do transporte também atingiu jornalistas, entre eles sete repórteres da **Folha**.*

Os casos mais graves foram os dos repórteres Giuliana Vallone e Fábio Braga, atingidos no rosto por disparos de bala de borracha da PM.

Giuliana foi ferida na região do olho direito e precisou ser socorrida.

Por volta das 20h, ela registrava o protesto na rua Augusta quando foi alvejada. A cabeleireira Valdenice de Brito, 40, testemunhou o disparo.

“Quando ela me disse para sair dali por causa do tumulto, um policial mirou e atirou covardemente nela”, afirma.

Giuliana foi levada para o hospital Sírio-Libanês. Até a conclusão desta edição, a jornalista continuava sendo atendida. Ela havia tomado 15 pontos no rosto.

O repórter-fotográfico Fábio Braga foi atingido por dois disparos de bala de borracha, na virilha e no rosto.

Braga registrava o protesto na esquina da rua Maria Antônia com a Consolação. “Eles nos encurralaram e abriram fogo aleatoriamente. Os manifestantes chegaram a ajoelhar e colocar as mãos para cima, mesmo assim a PM atirou.”

Com o impacto, Braga caiu e foi socorrido por outros jornalistas. Logo em seguida, enquanto deixava o local, recebeu novo tiro de bala de borracha. “No segundo disparo, o policial mirou em mim e atirou”, diz ele, que passa bem.

No início do protesto, o repórter da “Carta Capital” Piero Locatelli foi detido.

Um vídeo postado na internet mostra PMs atirando contra jornalistas, mesmo após os profissionais se identificarem (folha.com/no1294895).

*À **Folha**, o secretário Fernando Grella Vieira (Segurança) afirmou: “Eu me solidarizo e lamento o episódio. Quero dizer que vamos apurar o ocorrido. Se ficar comprovado, vai haver responsabilização.”*

Informado sobre os jornalistas atingidos afirmou: “Isso aí é inadmissível. Se ficar caracterizado que o ataque foi deliberado, vai haver responsabilização.”

*A **Folha** divulgou nota em que repudia a violência e protesta contra a falta de discernimento da Polícia Militar no episódio.*

Notícia 5

Haddad diz que violência da PM marcou ato

Em rede social, governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que seu governo ‘não vai tolerar vandalismo’

Secretaria da Segurança diz que a PM agiu para garantir a ordem, mas irá investigar os relatos de abusos policiais

Depois de acompanhar os protestos de dentro de seu gabinete, no centro, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), disse que a manifestação de ontem foi marcada pela violência policial.

“Na terça, eu penso que a imagem que ficou foi a da violência dos manifestantes. Infelizmente, hoje (ontem), não resta dúvida de que a imagem que ficou foi a da violência policial”, afirmou.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) não comentou os relatos de abuso policial nem as declarações do prefeito.

Por meio de uma rede social, ele atacou os manifestantes: “Depredação, violência e obstrução de vias públicas não são aceitáveis. O Governo de São Paulo não vai tolerar vandalismo”, disse. “O direito à livre manifestação é um princípio basilar da democracia. Assim como o direito de ir e vir e a preservação do patrimônio público.”

Em nota, a Secretaria da Segurança pública afirmou que a polícia agiu para “garantir a ordem”, mas que o secretário Fernando Grella determinou à Corregedoria da PM que apure “rigorosamente” os relatos de abuso policial.

Notícia 6



O policial Wanderlei Vignoli aponta a arma para manifestante.

Fotógrafo diz que PM foi violento e que fez imagem para se proteger

*O fotógrafo freelancer Victor Dragonetti, 22, o Drago, autor da imagem que mostra o policial Wanderlei Vignoli ferido na cabeça e apontando uma arma para um grupo de manifestantes, publicada ontem na Primeira Página da **Folha**, diz que fez a foto como proteção.*

“Todos começaram a correr e, de repente, o cara [o PM Vignoli] estava na minha frente apontando uma arma. Minha reação foi fotografar como instinto de segurança, porque ele poderia atirar em mim a qualquer momento.”

Drago faz parte de um grupo de profissionais que compõem um movimento chamado “Selva SP”, que se dedica a flagrar acontecimentos pelas ruas de São Paulo.

O fotógrafo afirma ser favorável aos protestos contra o valor da tarifa do ônibus. “O transporte público tem de ser público, ser gratuito. Já pagamos impostos.”

Segundo ele, o policial ferido de sua imagem não foi um herói. “O PM foi violento, foi para cima do garoto [da foto] e jogou ele no chão.”

Vignoli afirma que, no momento da cena, estava apenas se defendendo em meio ao grupo que o cercava e o ameaçava de linchamento.

Veículo: O Globo

Data: 14 de junho de 2013

Nº de notícias: 2

Notícia 7: chamada de capa

Confronto se agrava em SP com mais prisões e feridos

Quarto ato contra reajuste de ônibus teve 137 detidos; manifestantes prometem novas ações

No Rio de Janeiro, protesto no Centro começou pacífico, mas terminou com violência; estudantes picharam muros de prédios tombados, atearam fogo em latas de lixo e quebraram vidros de agências bancárias



São Paulo. *Tropa de choque usou balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio contra os manifestantes: jornalistas estão entre os presos e feridos.*



Rio de Janeiro. Tropa de choque carrega manifestante preso, no final do ato na Candelária que começou pacificamente, mas terminou em violência.

Na quarta manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, a repressão cresceu e a violência tomou conta da cidade. A polícia tentou, sem sucesso, esvaziar a manifestação com prisões preventivas o uso da tropa de choque. Foram 137 detidos, o maior número até agora. Ao menos nove jornalistas acabaram feridos ou presos. Em nota, a Anistia Internacional condenou o aumento da repressão. Governo e prefeitura avisaram que não baixarão as tarifas, e o Ministério da Justiça ofereceu ajuda. No Rio, o protesto terminou em confronto com a PM.

Notícia 8: referente à chamada da capa (notícia 7)***São Paulo sitiada***

Tropa de choque avança sobre manifestantes e jornalistas; movimento promete novas ações



Batalha campal: Policial aponta espingarda contra manifestantes no Centro de São Paulo. Tropa de choque aumentou violência e protesto teve maior número de feridos, inclusive jornalistas. Ao menos 137 pessoas foram detidas.

O quarto e mais violento dia de protestos contra o reajuste da tarifa do transporte público transformou, novamente, o Centro da capital paulista em um campo de batalha – desta vez marcado pela pesada ação da tropa de choque da PM contra o grupo que tomava as principais avenidas da cidade. A operação policial feriu manifestantes e diversos jornalistas que faziam a cobertura do ato. Não houve acordo com o governo e a prefeitura para a redução das tarifas. Os organizadores do Movimento Passe Livre (MPL) anunciaram que os protestos não vão parar. Nova mobilização foi convocada para a próxima segunda-feira.

Após o confronto, o grupo postou nas redes sociais um recado: “Já avisamos, enquanto a tarifa não baixar, a cidade vai continuar parada”. O quarto dia de protestos, em uma semana, começou de forma pacífica no início da noite em frente ao Theatro Municipal de São Paulo. Cerca de 20 mil pessoas, segundo os organizadores, caminharam por mais de uma hora. A confusão começou quando a multidão chegou ao final do percurso que havia sido combinado com a Polícia Militar.

Na esquina das ruas da Consolação e Maria Antônia – famoso palco de repressão nos anos da ditadura militar –, enquanto organizadores do MPL negociavam com a PM a continuidade da passeata, policiais da Força Tática entraram no meio dos manifestantes atirando bombas de gás lacrimogênio. Alguns participantes do protesto reagiram com rojões e pedras. Houve tiros de balas de borracha. Muitas pessoas que aguardavam uma decisão sobre o destino do ato, encurraladas, gritaram por socorro e pediram que não houvesse violência.

Mas a batalha continuou. Manifestantes se dispersaram em diversos grupos, e os confrontos se multiplicaram, chegando à região da Avenida Paulista. Na rua de um badalado restaurante, manifestantes e policiais se enfrentaram. Duas barricadas foram erguidas na rua. O comércio fechou as portas.

O jornal “Folha de São Paulo” informou que teve sete repórteres atingidos por tiros de balas de borracha. Dois deles no rosto. A repórter Giuliana Vallone foi atingida no olho quando estava em um estacionamento na Rua Augusta: um carro da Rota se aproximou e um PM atirou contra ela.

Antes mesmo do início da caminhada, os PMs detiveram, para averiguação, 137 pessoas, das quais oito continuavam presas durante a noite de ontem. Na Avenida Paulista, até mesmo quem deixava o trabalho, foi abordado por policiais. No local, a tropa de choque e a Cavalaria da PM impediram qualquer ocupação. Tanto o número de detenções quanto o de feridos foi o maior entre todos os protestos da última semana.



Vítima. Repórter Giuliana, do jornal “Folha de S.Paulo, atingida no olho por uma bala de borracha.

Polícia adotou novo procedimento

A polícia adotou um procedimento diferente ontem à noite do que vinha usando nos atos anteriores. Um cordão de isolamento foi feito no entorno do local da concentração do protesto, no Theatro Municipal, para que houvesse uma revista de quem chegava para o ato. A PM informou ter apreendido nesse pente-fino dois coquetéis Molotov, máscaras, álcool e uma faca.

Entre os detidos estava o jornalista da revista “Carta Capital” Piero Locatelli. Ele tinha na mochila um frasco de vinagre. O produto é usado para aliviar os efeitos do gás lacrimogênio, apesar de sua eficácia não ser comprovada. A detenção do jornalista, que estava no local a trabalho, foi condenada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e pela Anistia Internacional. Outro jornalista também chegou a ser detido: o fotógrafo Fernando Borges, do Portal Terra, passou 40 minutos com as mãos nas costas e de frente para uma parede, mas foi liberado.

Alguns ônibus foram pichados e lixeiras, destruídas. Em muros foram escritas frases contra o prefeito Fernando Haddad (PT) e palavras de ordens como “polícia fascista”.

A Secretaria de Segurança informou que a Corregedoria da PM apura os episódios envolvendo jornalistas. A sede da prefeitura foi cercada por grades e homens da Guarda Civil Metropolitana.

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 21 de junho de 2013

Nº de notícias: 2

Notícia 9

No Rio, centro vira campo de batalha

Manifestantes disparam morteiros contra a prefeitura e entram em confronto com Tropa de Choque; lojas são saqueadas

Pessoas que foram à passeata se queixam de que assaltantes levaram suas carteiras, celulares e outros bens

No maior dos quatro atos já realizados desde o início da onda de protestos no Rio, há oito dias, manifestantes e policiais entraram em confronto ontem à noite por toda a extensão do centro da cidade, que se transformou num campo de batalha.

Como nas ocasiões anteriores, o ato, que reuniu 300 mil pessoas segundo a PM, começou tranqüilo. Mas o confronto entre policiais e manifestantes, que teve início diante da sede da prefeitura, se espalhou pelas ruas do centro e atingiu parte da zona sul.

Depois que os confrontos começaram, logo antes das 19h, os manifestantes foram sendo “empurrados” pela polícia com bombas de gás e balas de borracha.

O grupo ia diminuindo, mas continuava a depredar, saquear e provocar incêndios em seu caminho. Passaram assim pela avenida Rio Branco e Cinelândia, no centro, onde saquearam uma filial das Lojas Americanas. Seguiram para a Glória, catete e Largo do Machado, na zona sul.

Às 23h, o Batalhão de Choque cercou o Palácio Guanabara – sede do governo estadual – em Laranjeiras porque um grupo de manifestantes seguia para lá. Ruas foram interditadas, mas meia hora depois elas foram liberadas.

Carro incendiado

No início dos conflitos, em frente à Prefeitura do Rio, um grupo roubou os equipamentos e incendiou um carro da rede de televisão SBT.

Pessoas que participaram da passeata se queixaram de que assaltantes se misturaram aos manifestantes, levando carteiras, celulares e outros objetos.

Ao menos 62 feridos foram levados para o Hospital Souza Aguiar, nos arredores.

Durante o dia, o governador Sérgio Cabral informou, por meio de sua assessoria, que tinha recebido telefonema do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, alertando para possíveis atentados do Comando Vermelho na manifestação. Nem a PM nem a Secretaria de Segurança confirmou a informação.

Na concentração, na Candelária, o único incidente ocorreu quando sindicalistas tentaram abrir duas bandeiras da CUT. Foram cercados por manifestantes que arrancaram e rasgaram as bandeiras. Pouco depois, militares do PSTU tiveram suas bandeiras arrancadas e rasgadas por outro grupo de ativistas.

A passeata seguiu tranquilamente até a frente da prefeitura, distante pouco mais de três quilômetros. Os participantes gritavam palavras de ordem, como “Não vai ter Copa”, “Povo na rua, Dilma a culpa é sua”, “Brasil, vamos acordar, o professor vale mais que o Neymar” e “Polícia, vinagre é uma delícia”.

Às 18h55 os manifestantes dispararam morteiros. Em resposta, a polícia arremessou bombas de efeito moral e usou a cavalaria a fim de proteger a sede do Executivo.

Manifestantes arrancaram tapumes que protegiam prédio no entorno e os usavam como escudos para se proteger das bombas e avançar contra os policiais. O caveirão blindado da PM entrou em ação, arremessando mais bombas e balas de borracha.

Alguns manifestantes chegaram a atacar o veículo blindado, subindo no capô.

Os manifestantes começaram a se dispersar, espalhando os confrontos por todo o centro da cidade.

Parte deles atravessou um viaduto em frente à prefeitura e seguiu em direção ao Maracanã, onde acontecia o jogo Espanha x Taiti. Foram contidos por agentes da Força nacional que participam do esquema de segurança da Copa das Confederações.

Outro grupo foi em direção contrária, voltando para a Candelária. Um grupo incendiou o Terreirão do Samba, local de shows na Av. Presidente Vargas. Postes com câmeras de trânsito, pontos de ônibus e lixeiras foram destruídos.

Notícia 10

Protestos ferem repórteres; TVs têm carros incendiados

Veículos e profissionais da mídia voltaram a ser alvo de violência nas manifestações.

No Rio, o repórter Pedro Vedova (GloboNews) foi atingido por bala de borracha na testa e, ensanguentado, fez vídeo para o canal. Em nota, a Abert (Associação das emissoras de rádio e TV) citou o caso e se disse preocupada com a escalada de violência.

Também no Rio, um carro do SBT foi incendiado perto da prefeitura; Em Natal (RN), um carro da Bandeirantes foi virado, em João Pessoa uma repórter da afiliada da TV Globo foi expulsa das manifestações e xingada por cerca de mil manifestantes.

Em Porto Alegre, houve conflito entre manifestantes e a Brigada Militar diante da sede do jornal “Zero Hora”.

Em Brasília, um furgão da Band foi vandalizado ao lado do Itamaraty. No Comitê de Imprensa da Câmara, cujas janelas dão para a área do conflito, as luzes foram apagadas para não atrair a atenção dos manifestantes.

Na capital federal, jornalistas foram hostilizados por manifestantes e por policiais, mas sem incidentes graves. Repórteres de TV foram os principais alvos – poucos conseguiram fazer “entradas” ao vivo da multidão.

*Do lado da polícia, soldados se desentenderam com jornalistas, e um deles impediu que um repórter da **Folha** retornasse ao carro do jornal sem dar explicações.*

*Empurrado por um sargento da PM no início do protesto – para impedir que se aproximasse do Congresso –, Filipe Coutinho, da **Folha**, caiu e torceu o pé, sem gravidade.*

Veículo: O Globo

Data: 21 de junho de 2013

Nº de notícias: 5

Notícia 11 (Capa)

Depois de terem conseguido os primeiros resultados concretos, com a redução de tarifas de ônibus em várias capitais, protestos reuniram ontem pelo menos um milhão de pessoas em 80 cidades. Foi, no entanto, o dia mais violento. Em Brasília, manifestantes atearam fogo às janelas do Itamaraty e tentaram invadir o prédio: 39 pessoas saíram feridas. No Rio, a caminhada pacífica, com 300 mil pessoas, foi interrompida pela ação de radicais que tentaram invadir a sede da prefeitura. A tropa de choque interveio com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha e houve, na sequência, depredação de prédios, pontos de ônibus e sinais de trânsito, saques e focos de incêndio, com 40 feridos. A polícia perseguiu manifestantes noite adentro, gerando pânico na cidade. Alunos da UFRJ ficaram ilhados no prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e na Faculdade de Direito, dizendo que foram cercados pela PM. Em Campinas, a prefeitura foi apedrejada, e houve choque com a polícia. Em Ribeirão Preto, um jovem de 18 anos morreu atropelado. Em várias capitais, integrantes de partidos que tentaram entrar nas manifestações foram expulsos, a presidente

Dilma adiou viagem ao Japão e convocou reunião de emergência para hoje. Em sua proteção, o Exército cercou o Palácio.

Notícia 12

Alunos “ilhados” com medo da polícia em duas faculdades

Universitários pedem a ajuda da OAB para deixar prédios da UFRJ

Aluna de design do SENAI/Cetiqt, Mariana Giusburg, era uma das que estavam dentro do IFCS. Por volta das 22h30m, ela postou a seguinte mensagem numa rede social: “Me sentindo como um rato. Encurralada como um bicho, como criminosa. Que país é este em que posso ser presa por apenas andar na rua? Que repressão e ditadura! Democracia... que piada! Desligaram as câmeras das ruas do Centro da cidade. O Bope, a cavalaria e o Batalhão de Choque estão aí para massacrar. Estou presa no IFCS há duas horas”.

Abrigada na Faculdade de Direito da UFRJ, na Praça da República, a professora Priscilla Figueiredo, de 35 anos, do Colégio de Aplicação da UERJ, desabafou sobre a situação do local:

– Nós não conseguimos ir para casa, porque estamos com medo da polícia. Onde está nosso direito de ir e vir? A polícia, órgão que deveria nos proteger, é que nos ameaça.

O estudante Kenzo Soares, da UFRJ, disse que os alunos foram para o IFCS depois de terem sido ameaçados e agredidos por um grupo que participava da manifestação. A agressão começou perto do prédio da prefeitura:

– Eles estavam como uma torcida organizada, com camisas no rosto e nos ameaçando com paus e pedras.

No final da noite, os estudantes aguardavam a chegada de representantes da OAB para deixar as duas instituições.

Notícia 13

Manifestação no Rio reúne 300 mil e acaba em confusão generalizada

Confronto começou quando multidão chegou à sede da prefeitura

Com uma multidão estimada em 300 mil pessoas, o protesto no Rio – já sem a bandeira da redução da tarifa das passagens – começou de forma pacífica, mas as tentativas de grupos isolados de criar confusão acabaram, ao final, transformando a manifestação num

grande campo de batalha. Se as estimativas da Coppe/UFRJ eram de quase 300 mil pessoas, os organizadores falaram em 1 milhão de manifestantes, que ocuparam toda a Avenida Presidente Vargas. O ponto de maior tensão foi o entorno da sede da prefeitura do Rio, para onde foi deslocado um grande efetivo de homens das polícias Civil e Militar. A ordem era não deixar os manifestantes passarem daquele ponto, a fim de evitar uma tentativa de invasão do prédio, onde fica o gabinete do prefeito Eduardo Paes.

Ali começou um clima de provocação por parte de manifestantes e de intimidação por parte dos policiais, que logo desencadearia em violência. PMs do Batalhão de Choque chegaram a jogar bombas de efeito moral em direção à multidão. Logo a área foi tomada por fogueiras, bombas de gás e rojões. Um grupo de 200 pessoas, sem camisa e com rostos cobertos, ateou fogo em um carro da emissora de televisão SBT e quebrou motos de funcionários dos Correios.

Por volta das 20h, o Terreirão do Samba foi invadido. Parte do grupo seguiu em direção à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Com a generalização dos confrontos, uma mulher foi ferida no rosto, sendo levada no colo por manifestantes para longe do local. O fotógrafo do O GLOBO Marcelo Piu e o repórter do canal GloboNews Pedro Vedova foram atingidos por balas de borracha. O Hospital Souza Aguiar atendeu mais de 40 feridos. Por volta das 21h30m, houve um confronto na porta do hospital e policiais chegaram a jogar bombas de gás lacrimogênio.

Os policiais chegaram a avançar com carros para cima da multidão. Um grupo usou tapumes – que haviam sido instalados para evitar depredações no prédio – para se proteger. O policiamento havia sido reforçado com cerca de cem PMs a cavalo e membros do Grupo de Operações Especiais da Guarda Municipal, tanto na prefeitura como em frente ao prédio do Centro de Operações Rio (COR). Ao ouvir sobre confusão, muitos manifestantes, na altura da Central, começaram a voltar na direção da Candelária.

Hostilidade contra partidos

A Praça da Bandeira ficou interditada nos dois sentidos. O entorno do Maracanã, isolado por causa do jogo, permaneceu fechado, à medida que os manifestantes buscavam sair do Centro. Foram interditados ainda o Elevado 31 de março, o túnel Santa Bárbara e uma das galerias do Rebouças. O Metrô Rio fechou as estações Cidade Nova, Praça Onze, Presidente Vargas, Uruguaiana, Central e Cinelândia.

Estudantes da Faculdade de Direito da UFRJ, junto à Praça da República, não conseguiam deixar o prédio. A própria Organização dos Advogados do Brasil aconselhou-os

a não deixarem o prédio. Também havia estudantes abrigados no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

Um homem, identificado apenas como Almir, levou uma paulada na cabeça no início da noite. Segundo seus amigos, ele teria sido agredido por grupos contrários a sua ideologia. Almir foi atendido na calçada de um posto de gasolina na Presidente Vargas por médicos e estudantes de medicina voluntários.

Mais cedo, durante a concentração na Candelária, um homem vestido de vermelho, com uma bandeira da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi expulso com gritos hostis. Ele pretendia distribuir panfletos com o título “Abaixo a máfia da Fetranspor”. Mas os folhetos foram tomados pelos manifestantes e jogados no chão.

– A gente veio aqui também para protestar democraticamente. E é impedido? – reclamou um militante da CUT.

Já os PMs distribuíram panfletos pedindo aos manifestantes que não participassem de atos de vandalismo ou depredação do patrimônio. “Sem violência. Paz. Ajude-nos a proteger você” eram alguns dos dizeres.

Mas também houve espaço para o bom humor. O protético Eron Melo estava de Batman:

– Não tenho nada contra a Copa, mas precisamos saber para onde esse dinheiro vai e por que ele não é investido na saúde. Vim de Batman porque ele luta pelas pessoas carentes.

A funcionária do Ministério da Saúde, Lenira de Araújo Pinheiro, de 69 anos, contou ter histórico de manifestações:

– Esses jovens estão fazendo aquilo que eu já fiz, em vão.

Notícia 14

Ação de policiais é considerada abusiva

A reação da PM aos ataques no Centro desencadeou uma onda de pânico e denúncias de violência policial. Cerca de 300 pessoas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, no Largo de São Francisco, e outras 400, na Faculdade de Direito da federal, na Praça da República, resolveram ficar fechadas dentro das instituições. Pelas redes sociais, diziam estar cercadas pela PM, mas a informação não foi confirmada oficialmente.

Às 23h30m, 30 pessoas saíram da Faculdade de Direito. A reitoria da UFRJ informou, por nota, que estava acompanhando a situação do grupo. Também estavam nas duas instituições estudantes da UFF, UERJ, Cefet, que haviam participado do protesto no Centro. “Estamos confiantes na preservação da integridade e autonomia dos espaços

universitários, bem como na integridade física de todos.” À noite, a Rua Pinheiro Machado, em Laranjeiras, foi fechada, e havia relatos de que as pessoas haviam sido reprimidas com violência, o mesmo teria ocorrido na Lapa.

Notícia 15

Radicais espalham destruição no Centro

Manifestantes incendeiam carro e Terreirão do Samba, depredam cabines da PM e saqueiam lojas

Em vez de um único alvo, como aconteceu na segunda-feira, quando a Alerj foi atacada, os manifestantes mais radicais que tomaram conta do protesto de ontem pulverizaram suas ações, atacando desde cabines da polícia até prédios públicos. Pelo caminho, foram ficando os vestígios dos ataques: pichações, depredações, focos de incêndio e saques. O palco do vandalismo foi justamente uma área da cidade onde ficam a Secretaria estadual de Segurança e o Comando Militar do Leste (CML). O recém-inaugurado Centro Integrado de Comando e Controle, do governo do estado, na Cidade Nova, foi pichado com a frase “Ditadura, não!!!”. As ações em cadeia terminaram na Alerj.

Barricada de fogo em Viaduto

Depois de tentar se aproximar da sede da prefeitura, onde foram impedidos de avançar por um cordão de isolamento feito por policiais, os manifestantes incendiaram um carro do SBT, em frente à estação do metrô da Praça Onze. A partir dali, foram sendo escolhidos outros alvos. Um grupo retirou os tapumes de um prédio dos Correios, na Avenida Presidente Vargas, e quebrou as vidraças. Em seguida, os vândalos invadiram um prédio em construção na Cidade Nova e atearam fogo. Perto dali, na altura da Praça Onze, incendiaram uma barricada no Viaduto Trinta e Um de Março. A estação do metrô na Cidade Nova foi apedrejada e pichada.

Um dos maiores focos de incêndio foi o Terreirão do Samba. Além de invadir o local, o grupo destruiu barracas, cadeiras, mesas e banheiros químicos. Na altura da Central, os radicais depredaram radares e sinais de trânsito, paradas de ônibus e placas. Também incendiaram uma cabine da PM. Por volta das 21h30m, outra cabine policial foi destruída.

Na Praça Quinze, eles destruíram roletas e vidros de lojas da estação das barcas. Foram rechaçados pela polícia, mas a estação ficou fechada por 50 minutos.

Por volta das 21h, imagens de TV flagraram pelo menos três homens levando caixas de aparelhos eletrônicos saqueados de lojas do Centro. No Passeio Público, PMs do

Batalhão de Choque dispersaram com bombas de gás lacrimogênio os vândalos, que fugiram em direção aos Arcos da Lapa.